

ÍNDICE GERAL – PROPOSTAS 01 A 81

Projeto de Lei de Iniciativa Popular: Reforma Administrativa, do Judiciário e Reparação Histórica do Erário

PROPOSTA 01 – REFORMA ADMINISTRATIVA

Tipo: PEC + PLP + PL

Consolida ministérios com funções sobrepostas, estabelece teto remuneratório, condiciona estabilidade a avaliações de desempenho e implementa gestão por resultados na administração pública. Modernizar o Estado, otimizar a gestão pública, reduzir custos e direcionar recursos para áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança), promovendo eficiência, meritocracia e transparência. TRAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL AO NOSSO POVO! SEM PRIVILÉGIOS!

PROPOSTA 02 – REFORMA DO JUDICIÁRIO, COM RETROATIVIDADE PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece teto salarial de 10 salários-mínimos, unifica o regime previdenciário dos magistrados ao RGPS/INSS, extingue auxílio-moradia, férias de 60 dias e todos os penduricalhos, institui jornada de 40 horas semanais, CPI do Judiciário e transparência radical. DETERMINA RETROATIVIDADE PENAL E ADMINISTRATIVA DESDE 05/10/1988 (CF/88), INSTITUI PENAS DE RECLUSÃO DE 15 A 40 ANOS EM REGIME INICIAL FECHADO (SEM PROGRESSÃO, SEM INDULTO, SEM SAIDINHA), CONFISCO TOTAL E ALARGADO DE BENS (DO CONDENADO, CÔNJUGE, PARENTES ATÉ 3º GRAU E LARANJAS), PRISÃO PREVENTIVA OBRIGATÓRIA, EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA E EXTINÇÃO DO FORO PRIVILEGIADO PARA MAGISTRADOS. FIM DA IMPUNIDADE! VAMOS PRENDER TODOS OS BANDIDOS DE TOGA E TOMAR TUDO DELES! ACABOU A FARRA COM O DINHEIRO PÚBLICO!

PROPOSTA 03 – PARCIALIDADE DO JUIZ

Tipo: PEC + PLP + PL

Combate a parcialidade mediante lista tríplice obrigatória, avaliação de desempenho, transparência radical em decisões e responsabilização ágil por infrações. FIM DE UM JUDICIÁRIO QUE É UM ESCÁRIO DESSA SOCIEDADE! CARO E INEFICIENTE!

PROPOSTA 04 – PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Permite execução provisória da pena após condenação confirmada em segundo grau, com requisitos de indícios robustos e perigo concreto à ordem pública. FIM DA IMPUNIDADE! EM HOMENAGEM A KAKAY!

PROPOSTA 05 – CRIME HEDIONDO: PECULATO NÃO PRESCREVE

Tipo: PEC + PLP + PL

Equipara peculato e corrupção a crimes hediondos, tornando-os imprescritíveis e estabelecendo regime inicial fechado com pena mínima de 10 anos. VAMOS PRENDER TODOS OS BANDIDOS DESSA NAÇÃO!

PROPOSTA 06 – CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO

Tipo: PEC + PLP + PL

Introduz constelações familiares como método complementar de resolução de conflitos, com criação de núcleos especializados e formação de magistrados. TEMOS A OPORTUNIDADE DE QUEBRAR O CICLO FAMILIAR!

PROPOSTA 07 – TRAIADOR DA PÁTRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Tipifica crime de traição à pátria como hediondo e imprescritível, com pena de 30 anos para colaboração com potência estrangeira contra soberania nacional. NÃO ACEITAREMOS TRAIDORES DA PÁTRIA EM NOSSA NAÇÃO! HOMENAGEM A LITTLE BANANINHA!

PROPOSTA 08 – STF: MANDATO DE 12 ANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece limite de 12 anos para exercício no STF, com aplicação retroativa que abre 5 vagas imediatamente. FAZEMOS JUSTIÇA TIRANDO DO PODER SEMI-DEUSES!

PROPOSTA 09 – COMBATE À CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria proteção para denunciantes, imprescritibilidade para crimes de corrupção, responsabiliza "laranjas" e aplica mesmo rigor a juízes corruptos. FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO! HOMENAGEM A FLÁVIO BOLSONARO, SERGIO MORO E DELTAN DALLAGNOL, LIXOS DA HISTÓRIA MODERNA! OS DE CUECA SUJA TAMBÉM! E A AMANTE DO LINDINHO!

PROPOSTA 10 – PRESÍDIOS HUMANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma presídios em Centros de Recuperação Humana com arquitetura terapêutica, trabalho remunerado e foco em reinserção social. DAMOS DIGNIDADE AO SER HUMANO A SE REGENERAR COM O APOIO DA SOCIEDADE! FAZEMOS INCLUSÃO SOCIAL!

PROPOSTA 11 – CRIMES GRAVES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRAUDES EM LOTERIAS BETS

Tipo: PEC + PLP + PL

Torna crimes graves contra a administração pública inafiançáveis e imprescritíveis, equiparando-os a crimes contra a ordem constitucional. Revoga a Lei 14.790/2023 (bets), institui CPI obrigatória para investigar sorteios da Caixa com prêmios superiores a 50 vezes a arrecadação (1985–2026), tipifica a fraude em sistemas lotéricos e a exploração ilegal de jogos de azar como crimes hediondos com pena mínima de 10 anos em regime fechado, vedada a progressão, e cria o Fundo de Reparação (FRAB) com 100% dos confiscos para indenizar vítimas, tratar dependência no SUS e financiar campanhas educativas.

PROPOSTA 12 – FORÇAS ARMADAS

Tipo: PL

Consolida direitos e deveres dos militares em legislação única, mantendo regime jurídico próprio sem criar novos benefícios. SEREMOS UM SÓ POVO!

PROPOSTA 13 – LEGISLATIVO

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece jornada de 40 horas, unifica previdência ao INSS, extingue auxílio-moradia e implementa auxílio-alimentação progressivo. SEREMOS UM SÓ POVO!

PROPOSTA 14 – UNIFICAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM VALORIZAÇÃO REAL

Tipo: PEC + PLP + PL

PILAR 1 – UNIFICAÇÃO (FIM DOS PRIVILÉGIOS)

- Extingue todos os regimes próprios (Judiciário, Legislativo, MP, Forças Armadas etc.) para novos ingressantes.
- Todos vão para o INSS, com teto, idade mínima e regras do trabalhador privado.
- Atuais servidores: direito adquirido, mas com alíquotas extras sobre proventos acima do teto do RGPS.

PILAR 2 – VALORIZAÇÃO REAL DO POVO

- Reajuste: INPC + crescimento do PIB (nunca menor que o do salário mínimo).
- Recomposição histórica: +5% a cada 5 anos sobre o benefício (desde 1994), parcelado.
- Cálculo: média de todas as contribuições (sem descarte), 70% + 1,5% por ano extra, e fim do fator previdenciário.
- Teto do RGPS também corrigido com ganho real.

FINANCIAMENTO (FUNDO FNJP)

• 10% dos dividendos + 5% da CIDE-mineração + 20% das terras raras. **RESULTADO-CHAVE**

- Castas perdem privilégios (nivelamento por baixo).
- O povo ganha aposentadoria com ganho real (nivelamento por cima).

PROPOSTA 15 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PARLAMENTARES

Tipo: PEC + PLP + PL

Reduz Câmara para 260 deputados e Senado para 54 membros, com economia estimada de R\$ 3-4 bilhões/ano. SEJAMOS JUSTOS COM NOSSO POVO! PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO! POIS O ÚNICO SENTIDO É O BEM-ESTAR DO POVO BRASILEIRO!

PROPOSTA 16 – VOTO DISTRITAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui sistema misto com metade das vagas por distritos uninominais e metade por listas partidárias fechadas. UMA FORMA DEMOCRÁTICA! MAS O OBJETIVO É UM SÓ, O BEM-ESTAR DO POVO BRASILEIRO!

PROPOSTA 17 – VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATURA

Tipo: PEC + PLP + PL

Exige domicílio eleitoral na circunscrição por 5 anos para candidaturas a cargos eletivos, combatendo turismo eleitoral. ACABOU A HIPOCRISIA!

PROPOSTA 18 – REFORMA FISCAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa tributação progressiva sobre grandes fortunas, heranças e dividendos, reduzindo impostos sobre consumo básico. FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO!

PROPOSTA 19 – COAF

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma COAF em Autoridade Nacional de Inteligência Financeira autônoma, com poderes ampliados e blindagem contra interferências. FIM DA BANDIDAGEM!

PROPOSTA 20 – PENSÃO PARA FILHAS SOLTEIRAS

Tipo: PL

Reforma regras de pensão por morte, limitando benefícios a critérios objetivos de idade e estudo, extinguindo direito vitalício para filhas solteiras. FAZEMOS JUSTIÇA A QUEM REALMENTE PRECISA!

PROPOSTA 21 – CONTROLE DOS JUROS, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece teto para juros de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial; torna obrigatório o atendimento humano com pessoa física em horário comercial para negociação de dívidas; veda práticas enganosas de parcelamento que ocultem o valor total real da dívida; institui sanções duras como multa de até 20% do faturamento bruto, responsabilização objetiva por danos morais e materiais, e censura pública; obriga o Banco Central a fiscalizar bancos físicos e digitais com as mesmas regras; cria o Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria específica com prazo de 15 dias para resposta.

PROPOSTA 22 – BANCO CENTRAL

Tipo: PEC + PLP

Reintegra BC ao Poder Executivo, adicionando objetivos de desenvolvimento e emprego além da estabilidade de preços. COM A FUNÇÃO SOCIAL DO BC E NÃO FAVORECER O MERCADO FINANCEIRO (FARIA LIMA) E SIM O POVO BRASILEIRO!

PROPOSTA 23 – JUSTIÇA FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria o Tribunal Nacional de Crimes Financeiros com poder para intervir em instituições que praticarem juros abusivos. ABRANGEMOS TODOS OS BRASILEIROS!

PROPOSTA 24 – CONAB

Tipo: PEC + PLP

Fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento para atuar no controle de preços e formação de estoques reguladores. ESSE É O SENTIDO DE UM PAÍS JUSTO COM SEU POVO! EM PRIMEIRO LUGAR, O BEM-ESTAR DO NOSSO POVO!

PROPOSTA 25 – CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

Tipo: PLP

Estabelece critérios técnicos e econômicos rigorosos para criação de novos municípios, evitando fragmentação sem viabilidade. SEJAMOS JUSTOS!

PROPOSTA 26 – APLICATIVO ESTATAL

Tipo: PLP + PL

Desenvolve aplicativo estatal unificado para serviços públicos, acabando com a escravidão moderna das grandes plataformas privadas. Cada cooperativa terá autonomia para definir suas regras, mas seguindo princípios de equidade e transparência. Taxa de serviço limitada a 10% (contra 25-35% das grandes plataformas). Fim da precarização: trabalhadores recebem até 85% do valor dos serviços. O ÚNICO SENTIDO DE EXISTIR O ESTADO É CUIDAR DO SEU

POVO! SOMOS UM POVO SÓ! HOMENAGEM À MAMÃE FALE!

PROPOSTA 27 – ISENÇÃO FISCAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Revisa e extingue isenções fiscais para setores privilegiados, mantendo apenas benefícios com comprovado impacto social. A presente Proposta de Emenda à Constituição visa fortalecer os alicerces da nossa democracia representativa, resgatando a essência do vínculo entre o representante e a comunidade que ele almeja representar.

PROPOSTA 28 – MARCO LEGAL ANTI GOLPES E CONTROLES DIGITAIS DAS BIG TECHS

Tipo: PEC + PLP + PL

Exige que plataformas digitais e seus administradores respondam criminalmente por fraudes, violência e discurso de ódio, com algoritmos submetidos à auditoria estatal obrigatória e entrega do código-fonte ao governo. A remoção de conteúdos ilícitos em até 12 horas, o bloqueio cautelar em 4 horas e a indenização automática às vítimas em 48 horas não são uma opção, mas um imperativo para um Estado que protege a dignidade e o patrimônio dos cidadãos. A proposta oferece um caminho claro, detalhado e inspirado nas legislações mais rigorosas do mundo (Alemanha, Coreia do Sul e União Europeia) para transformar as big techs em ferramentas de desenvolvimento e segurança, prevendo multas de até 30% do faturamento, banimento definitivo do país e penas de reclusão de até 30 anos para criminosos digitais – com crimes de nazismo e racismo digital tipificados como inafiançáveis e imprescritíveis. Além disso, institui a educação digital obrigatória nas escolas, economizando bilhões em prejuízos financeiros e restaurando a confiança da sociedade nas instituições e no ambiente virtual. **O OBJETIVO É SERMOS UM PAÍS SOBERANO E LIVRE DE CRIMES DIGITAIS! HOMENAGEM A G. MENDES!**

PROPOSTA 29 – CANDIDATURA INDEPENDENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Permite candidaturas sem filiação partidária, com requisitos de assinaturas e apoio comunitário. QUE OS REVOLUCIONÁRIOS TENHAM A OPORTUNIDADE DE MUDAR ESSA NAÇÃO! PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!

PROPOSTA 30 – FORO DE PRERROGATIVAS

Tipo: PEC + PLP

Extingue foro privilegiado para todas as autoridades, sujeitando-as à Justiça comum. TEMOS A OPORTUNIDADE DE SERMOS IGUAIS!

PROPOSTA 31 – FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO

Tipo: PEC + PLP

Acaba com o fundo eleitoral e partidário! Financiamento por CPF e CNPJ limitado e prestação de contas rigorosa. PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!

PROPOSTA 32 – CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO

Tipo: PEC + PLP

Estabelece critérios técnicos para nomeações, com avaliação de mérito e experiência comprovada. Serão preenchidas por concurso público! ACABOU O CABIDE DE EMPREGO! CONCURSO PÚBLICO DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO!

PROPOSTA 33 – IPVA SOBRE BENS DE LUXO

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa alíquotas progressivas de IPVA para veículos de luxo e alta cilindrada. ACABOU A HIPOCRISIA DESSE PAÍS! NÃO SUSTENTAMOS MAIS AS OLIGARQUIAS, AS CLEPTOCRACIAS E AS CASTAS DESSE PAÍS!

PROPOSTA 34 – ISENÇÃO FISCAL PARA IGREJAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Mantém imunidade tributária condicionada à prestação de contas e comprovação de atividades sociais. ACABOU A LAVANDERIA DE DINHEIRO ILÍCITO!

PROPOSTA 35 – RÁDIO E TV: FIM DO MONOPÓLIO NAS CONCESSÕES

Tipo: PEC + PLP

Desconcentrar concessões de mídia, limitando número de outorgas por mesmo grupo empresarial. ACABAMOS COM AS OLIGARQUIAS!

PROPOSTA 36 – INVESTIGAÇÃO DE ONGs

Tipo: PEC + PLP + PL

Fortalecimento da fiscalização sobre ONGs, com auditoria regular de recursos públicos recebidos. VAMOS BUSCAR TODOS QUE APROPRIARAM DO DINHEIRO PÚBLICO ILEGALMENTE!

PROPOSTA 37 – FRAUDES EM PRIVATIZAÇÕES

Tipo: PEC + PLP

Cria comissão para reavaliar processos de privatização com indícios de irregularidades. VAMOS FAZER JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO ONDE A PRIVATIZAÇÃO NOS TIRA O DIREITO À SOBERANIA!

PROPOSTA 38 – CPI DA DÍVIDA PÚBLICA

Tipo: PEC + PLP + PL

Instaura CPI para investigar composição e legitimidade da dívida pública brasileira. PEGAMOS TODOS OS BANDIDOS QUE LUCRAM COM O SISTEMA!

PROPOSTA 39 – CONSELHEIROS ESTATAIS

Tipo: PEC + PLP

Exige qualificação técnica para conselheiros de estatais com processo seletivo transparente. A profissionalização não é uma opção, mas um imperativo para um Estado eficiente e republicano. A proposta oferece um caminho claro, detalhado e inspirado em casos de sucesso internacional para transformar os conselhos em ferramentas de desenvolvimento, economizando bilhões e restaurando a confiança da sociedade. O OBJETIVO É SERMOS UM PAÍS EFICIENTE! HOMENAGEM A G. MENDES!

PROPOSTA 40 – IA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementar sistemas de inteligência artificial para cruzar dados e identificar irregularidades. PODEMOS TER UM ALIADO EM POTENCIAL PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO!

PROPOSTA 41 – DESMATAMENTO ILEGAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Criar uma força-tarefa permanente com satélites e inteligência para combate ao desmatamento. Vira crime hediondo. VAMOS SALVAR NOSSAS FLORESTAS E VIVER EM HARMONIA COM A NATUREZA!

PROPOSTA 42 – MINERAÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta atividade mineral com royalties justos e compensação ambiental ampliada. ACABAMOS COM O CAPITALISMO SELVAGEM ONDE O LUCRO ACIMA DE TUDO NÃO PREVALECERÁ!

PROPOSTA 43 – AGROTÓXICO

Tipo: PEC + PLP + PL

Restringe uso de agrotóxicos proibidos em outros países e incentiva transição agroecológica. TRAZEMOS SEGURANÇA ALIMENTAR ONDE O AGRO NÃO É POP!

PROPOSTA 44 – DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a Política Nacional de Aproveitamento Integral de Resíduos (PNAIR) e o Programa Nacional de Aproveitamento Alimentar e Combate ao Desperdício (PNACD). Obriga restaurantes, supermercados, padarias e buffets a doarem sobras próprias para

consumo humano na seguinte hierarquia: 1º PESSOA (asilos, moradores de rua, famílias do CadÚnico) → 2º ANIMAL (suínos, aves, peixes) → 3º ADUBO (compostagem e biodigestão). Cria o Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com máquinas automatizadas que remuneram o cidadão por materiais recicláveis: PET (R\$ 0,15), lata de alumínio (R\$ 0,10), isopor limpo (R\$ 0,50) e sacola plástica (R\$ 1,00), com crédito via Pix ou Aplicativo Estatal (PROPOSTA 26). Fixa a meta vinculante de 100% de reciclagem, compostagem, biodigestão ou recuperação energética em 10 anos, com proibição total de sacolas plásticas em 2 anos e de isopor em 5 anos. Institui a CIDE Reciclagem e o Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI) com recursos próprios e vedação ao contingenciamento. FAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL! O PRIMEIRO DESTINO DO ALIMENTO É O PRATO DE QUEM TEM FOME!

PROPOSTA 45 – ULTRAPROCESSADOS

Tipo: PL

Aplica tributação extra e restrição publicitária a alimentos ultraprocessados. Com prazo para adequação para alimentos saudáveis. O DINHEIRO ACIMA DE TUDO ACABOU! A SAÚDE DE NOSSO POVO NÃO TEM PREÇO!

PROPOSTA 46 – LIBERAÇÃO DA CANNABIS

Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta cultivo e uso medicinal da cannabis, com produção pública. É UMA QUESTÃO DE BOM SENSO! O ÁLCOOL COMPROVADAMENTE É O QUE APRESENTA MAIOR ÍNDICE DE DESTRUIÇÃO FAMILIAR!

PROPOSTA 47 – FLÚOR: BANIMENTO

Tipo: PEC + PLP + PL

Proíbe adição compulsória de flúor na água potável, mantendo apenas aplicação tópica supervisionada. FOMOS ENGANADOS COM UM REJEITO DA INDÚSTRIA COM CUSTO ALTO PARA SEU DESCARTE! O LOBISMO ASSASSINO POUCO SE IMPORTA COM A VIDA HUMANA! DEVASTADOR DA NATUREZA! IMAGINA PARA VOCÊ!

PROPOSTA 48 – PEC MALAFAIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta a relação Estado-Igrejas, mantendo imunidade tributária com contrapartidas sociais. AOS FALSOS CRISTÃOS! O VERDADEIRO DEUS ESTÁ DENTRO DE VOCÊ! VOCÊ É UMA CENTELHA DIVINA! DEUS 0800!

PROPOSTA 49 – ESCRAVIDÃO / TRABALHO ANÁLOGO

Tipo: PEC + PLP + PL

Tipifica trabalho análogo à escravidão como crime hediondo e imprescritível. VAMOS FAZER COM QUEM SENTE COM OS OLHOS, SENTIR NA PELE!

PROPOSTA 50 – REFORMA AGRÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Acelera desapropriação de latifúndios improdutivos para assentamento familiar. FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO! DAMOS O QUE É POR DIREITO!

PROPOSTA 51 – SALÁRIO-MÍNIMO

Tipo: PEC + PLP + PL

Vincula reajuste a índices de custo de vida e produtividade nacional. Em 5 anos, passará a ser no mínimo 10% do valor de um ministro. BUSCAMOS O MÍNIMO DE IGUALDADE AOS VULGOS REPRESENTANTES!

PROPOSTA 52 – IA PARA INCLUSÃO FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL

Usa inteligência artificial para ampliar acesso a crédito a populações subatendidas. TODOS SOMOS UM SÓ! DIREITO À INCLUSÃO! SOMOS UM SÓ! DIREITO À INCLUSÃO!

PROPOSTA 53 – ESCALA 5X2

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece jornada padrão de 5 dias trabalhados por 2 dias consecutivos de descanso semanal remunerado. Fixa teto de 40 horas semanais (redução para 36 horas em 5 anos). Garante desconexão digital, intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas, almoço de 1 hora, trabalho em dia de descanso pago em dobro com folga bonificada de 3 dias. Protege contra retaliação e dá prioridade a gestantes e lactantes. Flexibilidade limitada a acordo voluntário, vedada redução salarial. #UmSoPovo

PROPOSTA 54 – BRASIL AUTOSSUFICIENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Fomenta a produção nacional de insumos estratégicos como medicamentos e fertilizantes. REPRESENTA A INDEPENDÊNCIA DE NOSSO POVO! ONDE A FUNÇÃO DO ESTADO É CUIDAR DO SEU POVO!

PROPOSTA 55 – GURGEL MOTORS E MUSEU

Tipo: PEC + PLP + PL

Resgata a marca Gurgel, lançando carros elétricos com valor POPULAR sem impostos. Cria museu da indústria automotiva nacional e fomenta veículos elétricos. UM MARCO INOVADOR! EM RESGATE À INDÚSTRIA NACIONAL DESTRUÍDA PELO GOVERNO COLLOR! VISANDO ATENDER AO POVO BRASILEIRO DE BAIXA RENDA! COM O MELHOR DA TECNOLOGIA!

PROPOSTA 56 – MALHA FERROVIÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Retoma expansão da malha ferroviária para transporte de carga e passageiros. De norte a sul, de leste a oeste, uma malha ferroviária para escoamento nacional. DO OIAPOQUE AO CHUÍ! UM MARCO EM NOSSA ECONOMIA TRAZENDO OTIMIZAÇÃO E PREÇOS PARA COMPETIR COM O MERCADO INTERNACIONAL! EFICIÊNCIA E RAPIDEZ!

PROPOSTA 57 – DESPOLUIÇÃO DE RIOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementar programa nacional de despoluição de bacias hidrográficas. É UMA OBRIGAÇÃO DO SER VIVER EM HARMONIA COM SEU MEIO AMBIENTE! TRAZEMOS VIDA A ALGO QUE ESTÁ MORTO!

PROPOSTA 58 – CANAL DE COMUNICAÇÃO DA EBC

Tipo: PEC + PLP + PL

Fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação como mídia pública independente. FAZEMOS JUS À TELEDRAMATURGIA NACIONAL! VALORIZANDO A ARTE NACIONAL!

PROPOSTA 59 – FAST FOOD: IMAGENS REAIS

Tipo: PL

Obriga divulgação de imagens reais de produtos em propagandas de fast-food. COMEMOS COM OS OLHOS! SENDO ASSIM, SOMOS ENGANADOS PELA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA!

PROPOSTA 60 – REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

Tipo: PEC + PLP + PL

Torna obrigatório registro público de atividades de lobby e influência. Esta lei, implementada, posicionaria o Brasil no patamar de países com regulação intermediária a alta, combatendo a influência obscura e pavimentando o caminho para um debate público mais íntegro e equitativo. COM SUAS REGRAS E PUNIÇÕES RÍGIDAS.

PROPOSTA 61 – CONFISCO DE BENS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Tipo: PEC + PLP + PL

Amplia possibilidade de confisco sem condenação para bens de organizações criminosas. ATACAMOS QUEM REALMENTE LUCRA COM A BANDIDAGEM! OS ENGRAVATADOS QUE DESFRUTAM DO QUE HÁ DE MELHOR NESSA VIDA!

PROPOSTA 62 – PREJUÍZO AO ERÁRIO

Tipo: PEC + PLP + PL

Este relatório consolida o levantamento histórico, documental e probatório dos prejuízos causados ao patrimônio público brasileiro entre 15 de março de 1985 (redemocratização) e 2026, para subsidiar ações judiciais, representações ao Ministério Público, Tribunais de Contas ou CPIs. Objetivo Geral: Criar o Sistema Nacional de Proteção ao Erário Público para responsabilizar civil, administrativa e criminalmente agentes que, dolosamente (com intenção), causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização.

PROPOSTA 63 – PORTE DE ARMAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Mantém restrições ao porte com foco em controle rígido e registro centralizado. Institui a Campanha Nacional pelo Desarmamento e estabelece o Sistema Nacional de Controle, Fiscalização e Rastreamento de Armas e Munições (SINCFRAM) como política de Estado.

**#DesarmamentoJá #ControleDeArmas
#PazPeloDesarmamento #SomosUmSóPovo**

PROPOSTA 64 – DÍVIDA PÚBLICA: DIRETRIZES E PREMISSAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece regras transparentes para renegociação da dívida pública. Dispõe sobre a negociação de dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União por meio de dação em pagamento com bens estratégicos.

#DívidaJusta #TransparênciaFiscal #SoberaniaFinanceira #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 65 – TERRAS RARAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria estatal para exploração de terras raras com controle nacional estratégico.

- Terras raras declaradas Patrimônio Estratégico Nacional sob monopólio da União.
- Criação da Empresa Brasileira de Terras Raras (EBTR) – sociedade de economia mista sob controle estatal.
- Conselho Nacional de Terras Raras (CNTR) com participação paritária.
- Obrigatoriedade de beneficiamento e industrialização no Brasil.
- Vedação à exportação de terras in natura.
- Fundo Soberano de Terras Raras (FSTR).
- Selo Verde Brasil (certificação socioambiental obrigatória a partir do 3º ano).

#TerrasRaras #SoberaniaNacional

#DesenvolvimentoTecnológico #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 66 – PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Tipo: PEC + PLP

Exige consulta popular para privatização de serviços essenciais. A tarefa é integrar esses conceitos à estrutura da Constituição Federal de 1988, com um foco específico em consagrar a água como um bem público, essencial e com direito universal. POR ISSO CRIAMOS ESSA LEI! PARA DEFENDER A SOBERANIA DO POVO BRASILEIRO! SE APARECER UM ZEMA COMEDOR DE BANANA COM CASCA, UM TARCÍSIO DA VIDA, PAULO GUEDES, FILHOTE DE PINOCHET. JÁ SABEM O QUE FAZER!

PROPOSTA 67 – DATA CENTER

Tipo: PEC + PLP + PL

Instalar data-centers estatais para soberania digital e armazenamento de dados públicos. Está proposta cria um sistema onde a prevenção é máxima (com regras operacionais duríssimas) e a punição é exemplar (com penas de longo prazo e agravantes severos). A SEGURANÇA DE NOSSO POVO TEM QUE SER UMA PREOCUPAÇÃO DO ESTADO! SOBERANIA SEMPRE!

PROPOSTA 68 – ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA

Tipo: PEC + PLP

Incentiva plantio de árvores frutíferas em espaço urbano para segurança alimentar. Concluindo, essa PEC representa um passo ousado e necessário para repensar o modelo de cidade brasileira, transformando-a de um espaço cinza de consumo em um sistema mais resiliente, produtivo e justo, alinhado com os desafios socioambientais do século XXI.

PROPOSTA 69 – ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Instituir o Estatuto da Dignidade Animal em todo o território nacional, estabelecendo normas obrigatórias para a criação, transporte e abate de todas as espécies de produção (aves, suínos, bovinos, ovinos, caprinos, equinos, peixes e aquáticos), com base no reconhecimento da senciência animal e no princípio in dubio pro animal. Prazo único para adequação: 5 anos para todos os empreendimentos, novos ou existentes.

PROPOSTA 70 – PROJETO EDUCACIONAL "FORMANDO DONOS DO FUTURO"

Tipo: PEC + PLP + PL

Instituir o programa "Formando Donos do Futuro" com todas as suas diretrizes, metodologias e inovações, detalhando a estrutura de cada fase educacional, o sistema de apoio contínuo e os mecanismos de parceria. Este PL dialoga com iniciativas que buscam inserir o empreendedorismo e a tecnologia na educação.

PROPOSTA 71 – EDUCAÇÃO: CIEPs PAULO FREIRE

Tipo: PEC + PLP + PL

Recria modelo de escolas integrais com atividades culturais e esportivas. Chamado à Ação Federativa: "Unidos em nossa diversidade, construiremos a maior rede de educação transformadora do mundo, honrando Darcy Ribeiro, Paulo Freire e o potencial infinito de nosso povo." RESGATAMOS A ESSÊNCIA DE DARCY RIBEIRO, BRIZOLA E PAULO FREIRE, ENEIAS, ÍCONES IGNORADOS PELO SISTEMA!

PROPOSTA 72 – CRECHES VIVAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma creches em espaços comunitários com participação familiar. Uma realidade que transforma crianças, famílias e comunidades por meio de uma abordagem sistêmica inovadora. Damos dignidade às mães e protegemos a primeira infância, tão importante para seu futuro potencial revolucionário, senso crítico! JAMAIS SERÁ ESCRAVO DO SISTEMA!

PROPOSTA 73 – VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Tipo: PEC + PLP + PL

1. O QUE FAZ?

Urbaniza favelas com verticalização (prédios de até 5 andares) e infraestrutura completa dentro da comunidade: escolas, UPA 24h, UBS, comércio, lazer (piscina, quadra, campo).

2. QUEM DECIDE?

Conselho Gestor Comunitário:

- 50% moradores eleitos
- 25% poder público
- 25% sociedade civil

O dinheiro da comunidade fica na comunidade – parte dos impostos (IPTU, ISS, ICMS) vai para um Fundo Comunitário gerido pelos moradores.

PROPOSTA 74 – SUS CONTRA FRAUDE

Tipo: PEC + PLP

Sistema de inteligência para identificar fraudes em saúde suplementar. Cria o Sistema Nacional de Proteção Social do Idoso e Combate à Fraude no SUS ("SUS Justo").

- Criação do Sistema Nacional de Proteção Social do Idoso e Combate à Fraude no SUS ("SUS Justo").
- Pagamento automático e integral de benefícios via contratos inteligentes (smart contracts).
- Blockchain pública para registro imutável de transações.
- IA preditiva para identificar vulnerabilidade social e sanitária.
- Fundo Soberano de Lastro Múltiplo (títulos públicos, participação em estatais, ativos verdes).
- Conselho Deliberativo Nacional com composição majoritária (51%) de beneficiários eleitos.
- Atendimento prioritário integral (fila zero) para idosos.
- Economia anual estimada com redução de fraudes: R\$ 50

bilhões. **#SUSJusto #CombateÀFraude #SaúdeParaTodos
#SomosUmSóPovo**

PROPOSTA 75 – PATENTES DE MEDICAMENTOS

Tipo: PL

Flexibilizar patentes de medicamentos essenciais para produção pública. Fortalecer a capacidade do Estado de usar de forma ágil e eficaz os instrumentos de flexibilização já existentes, além de investir em pesquisa e desenvolvimento público para diminuir a dependência da indústria farmacêutica multinacional. A SAÚDE DE UM POVO NÃO TEM PREÇO!

PROPOSTA 76 – PLATAFORMA SUS DIGITAL 360

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a Plataforma Nacional de Saúde Integrada – SUS Digital 360, com a criação do Prontuário Eletrônico Nacional (PEN), garantindo interoperabilidade, segurança, proteção de dados e controle do cidadão sobre suas informações de saúde em todo o território nacional.

PROPOSTA 77 – SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE

Tipo: PL

Usa IA para diagnóstico precoce de doenças em unidades básicas. Este projeto posiciona a ciência e tecnologia como política de Estado (não de governo), criando as bases para: Soberania tecnológica, Desenvolvimento sustentável, Inclusão social pelo conhecimento, liderança global em soluções para o século XXI. "O Brasil que aprende, ensina. O Brasil que pesquisa, transforma. O Brasil que inova, lidera." Este projeto estabelece um compromisso nacional com a ciência como eixo central do desenvolvimento, criando um ciclo virtuoso onde pesquisa gera inovação, que gera desenvolvimento, que financia mais pesquisa.

PROPOSTA 78 – INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS

Tipo: PEC + PLP

Reconhece e incorpora práticas tradicionais de saúde no SUS. Passa a vigorar com a seguinte redação: "O SUS integrará, em sua rede de atenção à saúde, as práticas ancestrais de tratamento com plantas medicinais, respeitados os saberes tradicionais." UM RECONHECIMENTO AOS NOSSOS ANCESTRAIS QUE TÊM A CURA ATRAVÉS DA NATUREZA! CURAMOS A ALMA!

PROPOSTA 79 – PET AMIGO

Tipo: PL

Hospital Público, programa de adoção animal com apoio veterinário gratuito. CUSTO ZERO PARA PESSOAS CADASTRADAS População de Baixa Renda: as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); II - Urgência e Emergência Veterinária: situações de risco iminente à vida ou de sofrimento agudo do animal, conforme definidas em regulamento. TERÁ SEU ATENDIMENTO GARANTIDO!

PROPOSTA 80 – FIM DO PLANO DE SAÚDE NOS TRÊS PODERES

Tipo: PL

Unifica sistema de saúde para todos os poderes no SUS, extinguindo planos privados. SOMOS TODOS IGUAIS PERANTE NOSSA CONSTITUIÇÃO! TODOS TERÃO A SAÚDE QUE O POVO TEM!

PROPOSTA 81 – POLÍTICA DE DANOS NO SUS

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementar um programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na redução de danos e cuidado integral, inspirado em

experiências internacionais bem-sucedidas. Esta proposta representa uma alternativa humanizada, baseada em evidências e alinhada com os princípios do SUS, transformando a abordagem das drogas de questão criminal para questão de saúde pública. Implementar programa de redução de danos para uso de drogas, com foco na saúde pública. Este índice consolida a relação completa das 81 propostas legislativas que compõem o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma Administrativa, do Judiciário e Reparação Histórica do Erário.

PROPOSTA COMPLETA: REFORMA ADMINISTRATIVA E DO JUDICIÁRIO COM REPARAÇÃO HISTÓRICA DO ERÁRIO etc.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente proposta estabelece um plano integrado de reforma administrativa e do Judiciário com o objetivo central de reparar o dano histórico ao erário, estimado em R\$ 1,1 trilhão acumulados entre 1985 e 2025. A partir de um conjunto de medidas estruturais de contenção de despesas, combate a privilégios e fortalecimento da transparência, estima-se uma economia líquida anual de R\$ 44 a R\$ 65 bilhões. Estes recursos serão destinados prioritariamente à criação de um Fundo Nacional de Reparação do Patrimônio Público e ao reinvestimento social, promovendo justiça fiscal, eficiência estatal e responsabilização por perdas históricas.

PARTE I – DIAGNÓSTICO: O PREJUÍZO HISTÓRICO AO ERÁRIO

(1985–2025) 1.1. Contextualização e Metodologia de Cálculo

Desde o processo de redemocratização, o Estado brasileiro foi palco de múltiplos mecanismos que resultaram na perda, desvalorização ou renúncia de ativos públicos sem a devida contrapartida social. O montante de R\$ 1,1 trilhão foi calculado com base em dados de órgãos oficiais, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e estudos legislativos.

1.2. Principais Fatores Geradores do Passivo

Categoria de Prejuízo	Descrição	Estimativa
Privatizações Subvalorizadas	Vale do Rio Doce (vendida por R\$ 3,3 bi, valor de mercado superior a R\$ 100 bi),	R\$ 450 bi

	Eletrobras, ativos da Petrobras	
Programas de Perdão de Dívidas	Refis, Pert e transações tributárias com renúncia de até 100% de juros e multas	R\$ 350 bi
Renúncias Fiscais sem Investimento	Incentivos fiscais setoriais sem geração de empregos ou contrapartida em P&D	R\$ 200 bi

Concessões e PPPs	Contratos com garantias de receita mínima e taxas de retorno acima do mercado	R\$ 100 bi
TOTAL		R\$ 1,1 TRILHÃO

1.3. Impacto Social e Econômico

O montante de R\$ 1,1 trilhão equivale ao custo de construir 4,5 milhões de salas de aula, ou financiar integralmente o SUS por mais de três anos, ou ainda viabilizar um programa nacional de saneamento básico universal.

PARTE II – A SOLUÇÃO: MEDIDAS POR ÁREA (PROPOSTAS 01 A 81)

(As 81 propostas já foram listadas acima com suas respectivas ementas e principais medidas. Segue abaixo o detalhamento completo das propostas 01, 02 e demais conforme consta no original.)

PROPOSTA 01 – REFORMA ADMINISTRATIVA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Consolida ministérios com funções sobrepostas, estabelece teto remuneratório, condiciona estabilidade a avaliações de desempenho e implementa gestão por resultados na administração pública.

- Fusão de ministérios com funções sobrepostas (Economia, Gestão, Infraestrutura)
- Teto salarial de 10 salários-mínimos para o serviço público
- Estabilidade condicionada a avaliações semestrais de desempenho • Gestão por resultados com até 50% da remuneração variável vinculada a metas • Extinção do auxílio-moradia e auxílio-alimentação para servidores com renda superior a R\$ 10 mil
- Alinhamento previdenciário ao RGPS (idade mínima: 65 anos homens, 62 anos mulheres)

PROPOSTA 02 – REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO COM RETROATIVIDADE PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece teto salarial de 10 salários-mínimos, unifica o regime previdenciário dos magistrados ao RGPS/INSS, extingue auxílio-moradia, férias de 60 dias e todos os penduricalhos, institui jornada de 40 horas semanais, CPI do Judiciário e transparência radical. DETERMINA RETROATIVIDADE PENAL E ADMINISTRATIVA DESDE 05/10/1988 (CF/88), INSTITUI PENAS DE RECLUSÃO DE 15 A 40 ANOS EM REGIME INICIAL FECHADO (SEM PROGRESSÃO, SEM INDULTO, SEM SAIDINHA), CONFISCO TOTAL E ALARGADO DE BENS (DO

CONDENADO, CÔNJUGE, PARENTES ATÉ 3º GRAU E LARANJAS), PRISÃO PREVENTIVA OBRIGATÓRIA, EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA E EXTINÇÃO DO FORO PRIVILEGIADO PARA MAGISTRADOS. FIM DA IMPUNIDADE! VAMOS PRENDER TODOS OS BANDIDOS DE TOGA E TOMAR TUDO DELES! ACABOU A FARRA COM O DINHEIRO PÚBLICO!

Principais Medidas:

- **Retroatividade penal e administrativa desde 05/10/1988** – Aplica a lei mais severa a todos os atos de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro praticados por magistrados a partir da promulgação da CF/88. Todos os processos arquivados ou já julgados poderão ser reabertos. O PASSADO NÃO SERÁ ESQUECIDO!
- **Penas rigorosas de 15 a 40 anos em regime fechado** – Corrupção, peculato, concussão, lavagem de dinheiro e organização criminosa dão cadeia de 15 a 40 anos em regime inicial fechado. Vedação absoluta de progressão, livramento condicional, indulto, graça, anistia e saída temporária (saidinha). Se o dano ao erário for superior a 10.000 salários-mínimos, a pena é cumprida integralmente em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) – isolamento celular, sem visitas íntimas.
- **Confisco total e alargado ("Toma Tudo Deles")** – Bens do condenado, cônjuge, parentes até 3º grau e laranjas são integralmente confiscados. Inversão do ônus da prova: magistrado e sua família têm 30 dias para comprovar a origem lícita de todo o patrimônio que ultrapasse a renda declarada nos últimos 20 anos. Quem não provar, perde tudo definitivamente. Bloqueio cautelar imediato já no recebimento da denúncia.
- **Teto de 10 salários-mínimos** – Acabou o supersalário de R\$ 46 mil. Todos os membros do Judiciário, incluindo ministros, passam a ganhar no máximo 10 salários-mínimos, vedado qualquer penduricalho que ultrapasse esse limite.
- **Unificação da previdência ao RGPS/INSS e fim da aposentadoria compulsória** – Magistrados ativos e aposentados vão para o INSS com as mesmas regras do trabalhador comum: idade mínima (65/62), média de todas as contribuições e teto do RGPS. Fim da aposentadoria compulsória aos 75 anos.
- **Extinção de todos os penduricalhos e férias de 60 dias** – Acabou o auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-saúde, férias de 60 dias

(reduzidas a 30 dias), licenças-prêmio convertidas em pecúnia e qualquer outra verba indenizatória sem comprovação de despesa real e exclusiva do serviço.

- **Jornada de 40 horas semanais com ponto biométrico** – Expediente ininterrupto de 40 horas, com ponto eletrônico biométrico obrigatório, vedado o teletrabalho integral. O não cumprimento gera desconto e sindicância.
- **Portal de transparência com dados de produtividade e gastos em tempo real** – Criação do Portal Nacional de Transparência do Judiciário com dados abertos: produtividade individual de cada magistrado, gastos de gabinete, diárias, passagens, concessões de liminares e todos os pagamentos a fornecedores. Atualização diária.
- **CPI do Judiciário com poderes de investigação criminal** – Poderá decretar quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático; convocar magistrados para depoimento sob pena de condução coercitiva; requisitar documentos independentemente de autorização judicial; e determinar afastamento cautelar de investigados.
 - **Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho da Magistratura (SINAD-M)** – Critérios objetivos anuais: produtividade, celeridade, qualidade das decisões, satisfação dos usuários e índice de transparência. Resultados públicos com premiação para os melhores e advertência/afastamento para os piores.
- **Conselho de Cidadãos para auditoria participativa** – Sociedade civil (OAB, universidades e cidadãos sorteados) audita decisões e gastos dos tribunais, com poder de representação ao MP, ao CNJ e à CPI.
- **Declaração pública de interesses** – Magistrados e seus familiares até 3º grau devem declarar bens, rendas e vínculos publicamente a cada 6 meses. Omissão ou falsidade é improbidade administrativa com demissão e perda de aposentadoria.
- **Prisão imediata em segunda instância** – Condenado em segundo grau vai direto para a cadeia, sem esperar recursos ao STJ ou STF. EM HOMENAGEM A KAKAY E
- **Fim do foro privilegiado para magistrados** – Todos os magistrados, incluindo ministros do STF, serão julgados pela Justiça Federal de primeiro grau, com sorteio público, eletrônico e auditável, vedada a distribuição por dependência. SEREMOS IGUAIS PERANTE A LEI!
- **Perda automática do cargo e da aposentadoria** – A condenação criminal transitada em julgado ou com execução provisória em 2ª instância importa na perda definitiva do cargo e de todos os proventos de aposentadoria.
- **Cadastro Nacional de Magistrados Condenados** – Lista pública com

nome, CPF, órgão de lotação, crime, pena e bens confiscados, com proibição de ocupar qualquer cargo público por 30 anos.

- **Imprescritibilidade dos crimes** – Corrupção, peculato e lavagem de dinheiro praticados por magistrados nunca prescrevem, equiparando-se ao racismo.
- **Destinação dos recursos confiscados** – 50% para o Fundo de Reparação do Erário (indenização dos prejuízos históricos), 25% para o SUS e 25% para a Educação (FNDE). O DINHEIRO ROUBADO VOLTA PARA QUEM SEMPRE FOI ROUBADO: O POVO BRASILEIRO!

Impacto fiscal estimado: Economia anual de R\$ 15 a R\$ 20 bilhões com fim de privilégios; recuperação de ativos confiscados estimada em R\$ 200 a R\$ 400 bilhões em até 10 anos (retroativo desde 1988).

#JuizesBandidosNaCadeia #TomaTudoDeles #RetroatividadeJá

PROPOSTA 03 – PARCIALIDADE DO JUIZ (Lei TRI-JUS)

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Combate a parcialidade mediante lista tríplice obrigatória, avaliação de desempenho, transparência radical em decisões e responsabilização ágil por infrações.

Principais Medidas:

- Lista tríplice obrigatória para cargos de cúpula do Judiciário
- Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho da Magistratura (SINAD-M)
- Portal Nacional de Decisões com todas as decisões judiciais
- Declaração Pública de Interesses dos magistrados
- Conselho de Cidadãos para auditoria de decisões
- Extinção do foro privilegiado para magistrados

PROPOSTA 04 – PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Permite execução provisória da pena após condenação confirmada em segundo grau, com requisitos de indícios robustos e perigo concreto à ordem pública.

Principais Medidas:

- Execução provisória da pena após confirmação em segunda instância • Requisitos cumulativos: fumus commissi delicti e periculum libertatis • Decisão colegiada por maioria simples
- Garantia de contraditório e ampla defesa (prazo de 5 dias)
- Tempo de prisão provisória computado para pena final

PROPOSTA 05 – CRIME HEDIONDO: PECULATO NÃO PRESCREVE

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Equipara peculato e corrupção a crimes hediondos, tornando-os imprescritíveis e estabelecendo regime inicial fechado com pena mínima de 10 anos.

Principais Medidas:

- Peculato e corrupção tornam-se hediondos e imprescritíveis
- Pena mínima de 10 anos em regime inicial fechado
- Vedação de progressão de regime para crimes com dano superior a 100 salários-mínimos
- Pena de 8 a 20 anos de reclusão para peculato
- Aplicação apenas a crimes cometidos após a vigência.

PROPOSTA 06 – CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Introduz constelações familiares como método complementar de resolução de conflitos, com criação de núcleos especializados e formação de magistrados.

Observação: Proposta de caráter satírico-propositivo, apresentada como "Justiça Sistêmica e Ancestral".

Principais Medidas:

- Criação do Novo Paradigma Judicial, integrando constelações familiares, psicologia junguiana, xamanismo judicial, justiça restaurativa quântica e direito ancestral.
- Reforma da infraestrutura dos fóruns e tribunais para incluir: Torre da Harmonização Familiar (salas de constelação em realidade virtual), Praça da Justiça Ancestral (arena para constelações públicas massivas), Câmaras de Terapia Judicial (biofeedback e aromaterapia).
- Instituição de novos agentes e carreiras: Juiz Constelador, Facilitador Sistêmico Penal, Guardião dos Campos Morfogenéticos.
- Novos rituais e procedimentos: Audiência Pré-Constelar Obrigatória, Sentença em formato de curta-metragem, Recurso em Transe Hipnótico.
- Criação da Universidade da Justiça Sistêmica.
- Fontes de recursos alternativas e conversão do STF em Tribunal Sistêmico.

PROPOSTA 07 – TRAIADOR DA PÁTRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Tipifica crime de traição à pátria como hediondo e imprescritível, com pena de 30 anos para colaboração com potência estrangeira contra soberania nacional.

Principais Medidas:

- Pena máxima de 30 anos de reclusão em regime fechado
- Vedação de anistia, graça, indulto e liberdade condicional
- Condutas tipificadas: espionagem, sabotagem, colaboração hostil, ataque à ordem democrática
- Competência originária do STJ
- Ação penal condicionada à autorização do Ministro da Justiça

PROPOSTA 08 – STF: MANDATO DE 12 ANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece limite de 12 anos para exercício no STF, com aplicação retroativa que abre 5 vagas imediatamente.

Principais Medidas:

- Mandato fixo de 12 anos para Ministros do STF
- Vedação à recondução
- Aplicação retroativa aos atuais ocupantes
- Cronograma escalonado de transição com redução temporária do quórum mínimo para 5 ministros
- Prazos de 30 dias para indicação presidencial e 60 dias para sabatina no Senado

PROPOSTA 09 – COMBATE À CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria proteção para denunciadores, imprescritibilidade para crimes de corrupção, responsabiliza "laranjas" e aplica mesmo rigor a juízes corruptos.

Principais Medidas:

- Proteção a denunciadores (whistleblowers): anonimato, proteção policial, recompensa de até 5% dos valores recuperados
- Crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro tornam-se imprescritíveis
- Perda automática do cargo para magistrados condenados
- Confisco administrativo com inversão do ônus da prova
- Fundo Nacional Anticorrupção (10% dos recursos confiscados)
- Responsabilização solidária de "laranjas" (testas-de-ferro)
- Sanções severas para pessoas jurídicas (dissolução compulsória, inidoneidade por 20 anos)

PROPOSTA 10 – PRESÍDIOS HUMANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma presídios em Centros de Recuperação Humana com arquitetura terapêutica, trabalho remunerado e foco em reinserção social.

Principais Medidas:

- Conversão integral dos presídios em Centros de Recuperação Humana (CRHs) em até 10 anos
- Celas individuais de 12m², ventilação e iluminação naturais
- Plano Individual de Restauração (PIR) para cada recuperando
- Trabalho remunerado com remição de 1 dia de pena a cada 3 dias trabalhados • Conselho Gestor Tripartite (poder público, sociedade civil, recuperandos) • Transmissão ao vivo de áreas coletivas
- Acompanhamento pós-prisão por 3 anos

PROPOSTA 11 – CRIMES GRAVES NA ADMINISTRAÇÃO, FRAUDES EM LOTERIAS E EXPLORAÇÃO ILEGAL JOGOS DE AZAR BETS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Torna crimes graves contra a administração pública inafiançáveis e imprescritíveis, equiparando-os a crimes contra a ordem constitucional. Revoga a Lei 14.790/2023 (bets), institui CPI obrigatória para investigar sorteios da Caixa com prêmios superiores a 50 vezes a arrecadação (1985–2026), tipifica a fraude em sistemas lotéricos e a exploração ilegal de jogos de azar como crimes hediondos com pena mínima de 10 anos em regime fechado, vedada a progressão, e cria o Fundo de Reparação (FRAB) com 100% dos confiscos para indenizar vítimas, tratar dependência no SUS e financiar campanhas educativas.

Principais Medidas:

- Crimes hediondos ampliados: corrupção, peculato, lavagem de dinheiro, organização criminosa, fraude em sistemas lotéricos oficiais e exploração ilegal de bets/cassinos virtuais tornam-se inafiançáveis, imprescritíveis e

insuscetíveis de graça, anistia ou indulto, com pena mínima de 10 anos em regime fechado, vedada a progressão de regime para dano superior a 1.000 salários-mínimos.

- Revogação imediata da Lei das Bets (14.790/2023): proibição definitiva de apostas de quota fixa, cassinos virtuais, roletas online e assemelhados, com prazo de 180 dias para encerramento total das operações; descumprimento sujeita o infrator às penas do crime hediondo e multa diária de R\$ 10 milhões.
- CPI obrigatória das Loterias da Caixa: instauração em até 30 dias para apurar todos os sorteios com prêmios superiores a 50 vezes a arrecadação líquida do concurso (período 1985–2026), com poderes de quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático, acesso direto aos sistemas da Datamec e convocação coercitiva de envolvidos.
- Inversão do ônus da prova e confisco alargado: aplicados automaticamente a beneficiários de prêmios suspeitos ou com patrimônio incompatível, estendendo-se a cônjuge, parentes até 3º grau e interpostas pessoas.
- Novos tipos penais (Código Penal):
 - Art. 317-A (Fraude em sistema lotérico): manipular, adulterar ou interferir em sorteios da Caixa – reclusão de 10 a 20 anos, regime fechado.
 - Art. 317-B (Exploração ilegal de jogo de azar – bets/cassinos): criar, administrar ou operar apostas proibidas – reclusão de 10 a 15 anos, regime fechado.
- Criação do Fundo de Reparação aos Atingidos pelas Bets (FRAB): abastecido com 100% dos confiscos, multas e valores apreendidos, destinado a: indenizar apostadores com perda ≥ 50% da renda anual; custear tratamento do vício em jogos pelo SUS (meta de 1 milhão/ano); financiar campanhas educativas.
- Critérios objetivos de gravidade: valor superior a 10.000 salários-mínimos, multiplicidade de agentes (5 ou mais), prejuízo a políticas públicas essenciais.
- Causas de aumento de pena para crimes cometidos com desvio de recursos de saúde, educação ou segurança; aumento de pena para peculato cometido por servidor de órgão de controle.
- Sanções administrativas: cassação de CNPJ, inidoneidade para contratar com o poder público por 20 anos e multas diárias para operadores ilegais.
- #SomosUmSóPovo #FimDasBets #CPILoteriasCaixa
#CrimeHediondo #JustiçaFinanceira

PROPOSTA 12 – FORÇAS ARMADAS

Tipo: PL

Ementa: Consolida direitos e deveres dos militares em legislação única, mantendo regime jurídico próprio sem criar novos benefícios.

Principais Medidas:

- Consolidação da legislação militar (Lei nº 6.880/1980 e normas esparsas) • Remuneração composta por soldos, adicionais e gratificações • Aposentadoria própria com 35 anos (homens) ou 30 anos (mulheres), ou idade mínima de 60 anos
- Proibição de direito de greve e filiação partidária
- Vedação de exercício de outra profissão remunerada sem autorização

PROPOSTA 13 – LEGISLATIVO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece jornada de 40 horas, unifica previdência ao INSS, extingue auxílio moradia e implementa auxílio-alimentação progressivo.

Principais Medidas:

- Jornada de 40 horas semanais para servidores do Legislativo
- Unificação da previdência ao INSS para parlamentares e servidores • Extinção do auxílio-moradia
- Auxílio-alimentação com tabela progressiva decrescente:
 - Até 2 SM: 100% (R\$ 40,00/dia)
 - 2 a 5 SM: 70% (R\$ 28,00/dia)
 - 5 a 10 SM: 50% (R\$ 20,00/dia)
 - Acima de 10 SM: 0%
- Planos de saúde com coparticipação mínima

PROPOSTA 14 – UNIFICAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM VALORIZAÇÃO REAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fim dos privilégios das castas – Extingue todos os regimes próprios de previdência (Judiciário, Legislativo, Executivo, Ministério Público, Defensoria, Tribunais de Contas e Forças Armadas) para novos ingressantes, que passarão a ser vinculados

obrigatoriamente ao RGPS/INSS, com as mesmas regras do trabalhador comum: teto, idade mínima, cálculo por média de todas as contribuições, sem integralidade, paridade ou vantagens especiais. Os atuais servidores mantêm direitos adquiridos, mas podem migrar voluntariamente e, se ficarem, pagarão alíquotas adicionais sobre proventos acima do teto do RGPS.

Valorização real do RGPS – O benefício do trabalhador terá:

- Reajuste anual com ganho real (INPC + crescimento do PIB) ou, no mínimo, o mesmo percentual do salário mínimo.
- Recomposição das perdas históricas desde 1994 (adicional de 5% a cada 5 anos, parcelado em até 10 anos).
- Fim do fator previdenciário e cálculo pela média integral de todas as contribuições (sem descarte dos menores salários), com percentual mínimo de 70% + 1,5% por ano extra.
- Teto do RGPS também corrigido com ganho real.

Financiamento justo – Criado o Fundo Nacional de Justiça Previdenciária (FNJP), abastecido com:

- 10% da arrecadação de Imposto sobre Lucros e Dividendos (a ser criado);
- 5% da CIDE-Mineração;
- 20% dos recursos de outorga de terras raras.

Resultado: as elites perdem privilégios (nivelamento por baixo) e o povo ganha aposentadoria com valorização real (nivelamento por cima).

PROPOSTA 15 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PARLAMENTARES

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Reduz Câmara para 260 deputados e Senado para 54 membros, com economia estimada de R\$ 3-4 bilhões/ano.

Principais Medidas:

- Câmara dos Deputados: de 513 para 260 membros
- Senado Federal: de 81 para 54 membros (2 por unidade da Federação)
- Economia anual estimada: R\$ 3-4 bilhões
- Criação do Fundo de Eficiência Legislativa e Desenvolvimento Social (FELDS)
- Aplicação dos recursos economizados em saúde, educação, infraestrutura, ciência e tecnologia, segurança pública e programas sociais

PROPOSTA 16 – VOTO DISTRITAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui sistema misto com metade das vagas por distritos uninominais e metade por listas partidárias fechadas.

Principais Medidas:

- Sistema misto: 50% das vagas por distritos uninominais, 50% por listas partidárias fechadas
- Distritos com equilíbrio populacional (diferença máxima de 10%)
- Vedação a práticas de gerrymandering
- Lei complementar deve ser aprovada em até 12 meses
- TSE terá 18 meses para adaptar sistemas

PROPOSTA 17 – VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATURA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Exige domicílio eleitoral na circunscrição por 5 anos para candidaturas a cargos eletivos, combatendo turismo eleitoral.

Principais Medidas:

- Domicílio eleitoral mínimo de 5 anos na circunscrição
- Vedação de mudança nos 12 meses anteriores ao pleito
- Exceções: força maior, calamidade, tratamento de saúde, reassentamento por casamento
- Tipificação como crime (falsidade ideológica) a prestação de informação falsa sobre domicílio
- Vigência para eleições após 3 anos da promulgação

PROPOSTA 18 – REFORMA FISCAL (JUSTIÇA TRIBUTÁRIA)

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa tributação progressiva sobre grandes fortunas, heranças e dividendos, reduzindo a zero os impostos sobre consumo básico. Isenta de IRPF rendimentos até R\$ 7.000,00 mensais. Cria o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), tributa lucros e dividendos de forma progressiva, estabelece alíquotas mínimas nacionais para o ITCMD e institui o Fundo de Combate à Desigualdade. FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO!

PRINCIPAIS MEDIDAS SINTETIZADAS

- IRPF isento até R\$ 7.000,00 mensais; alíquota máxima de 35% acima de R\$ 40 mil/mês.
- Tributação de lucros e dividendos: 15% a 35% (progressiva por faixa de renda).
- Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF): alíquota de 1% a 2,5% sobre patrimônio líquido superior a R\$ 10 milhões.
- ITCMD: alíquota mínima nacional de 8% para heranças acima de R\$ 5 milhões.
- Redução a zero de PIS/COFINS para produtos da cesta básica.
- Criação do Fundo de Combate à Desigualdade com 20% da arrecadação extra.

Caracterização de improbidade administrativa para servidores que concederem benefícios indevidos.

PROPOSTA 19 – COAF

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma COAF em Autoridade Nacional de Inteligência Financeira autônoma, com poderes ampliados e blindagem contra interferências.

Principais Medidas:

- Autonomia técnica e financeira com mandato fixo de 4 anos para seus dirigentes.
- Poderes ampliados: acesso direto a dados bancários, fiscais e telemáticos.
- Compartilhamento automático de informações com CGU, TCU e MPF.
- Blindagem contra interferências políticas com quarentena de 4 anos para ex dirigentes.
- Criação do Fundo de Combate à Lavagem de Dinheiro.

PROPOSTA 20 – PENSÃO PARA FILHAS SOLTEIRAS

Tipo: PL

Ementa: Reforma regras de pensão por morte, limitando benefícios a critérios objetivos de idade e estudo, extinguindo direito vitalício para filhas solteiras.

Principais Medidas:

- Pensão por morte para filhas solteiras limitada até 21 anos (ou 24 anos se cursando ensino superior).
- Extinção do direito vitalício para filhas solteiras comprovadamente dependentes.
- Critérios objetivos: idade, estudo, comprovação de dependência econômica.
- Vedação ao acúmulo com outros benefícios previdenciários.
- Economia estimada: R\$ 2 bilhões/ano.

PROPOSTA 21 – CONTROLE DOS JUROS, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece teto para juros de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial; torna obrigatório o atendimento humano com pessoa física em horário comercial para negociação de dívidas; veda práticas enganosas de parcelamento que ocultem o valor total real da dívida; institui sanções duras como multa de até 20% do faturamento bruto, responsabilização objetiva por danos morais e materiais, e censura pública; obriga o Banco Central a fiscalizar bancos físicos e digitais com as mesmas regras; cria o Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria específica com prazo de 15 dias para resposta.

Principais Medidas:

Teto para juros vinculado à Taxa Selic:

- Rotativo do cartão e cheque especial: 2,5 x Selic
- Parcelamento de faturas: 2,8 x Selic
- Crédito pessoal: 3 x Selic
- Crédito consignado: 1,5 x Selic

Implementação gradual: 5 x Selic (1º ano), 4 x Selic (2º ano), 3 x Selic (3º ano), até os patamares finais.

- Proibição do anatocismo (juros sobre juros em períodos inferiores a 30 dias).
- Atendimento humano obrigatório: pessoa física de segunda a sexta, das 9h às 18h, para renegociação de dívidas, esclarecimento de cálculos e contestação de cobranças; vedada substituição por chatbot, URA ou inteligência artificial.
- Transparência absoluta e fim das práticas enganosas: ofertas de parcelamento devem exibir, em destaque obrigatório, o valor total da dívida, o valor total a pagar com juros, o CET, a taxa de juros e o número de parcelas. É proibido ofertar parcelamento com "entrada + parcelas" que oculte o valor final – caso proibido: oferta de R\$ 800,00 com "entrada de R\$ 49,00 + 10x de R\$ 185,00" (total R\$ 1.899,00) sem destaque do custo efetivo.
- Vedação à negativação abusiva: condicionar o envio do nome do consumidor ao SPC/Serasa à aceitação de juros abusivos torna-se prática ilegal.

Sanções duras:

- Multa de 1% a 20% do faturamento bruto da instituição no Brasil (em dobro na reincidência).
- Proibição de novas ofertas de crédito por 90 a 360 dias em caso de reincidência.
- Responsabilização objetiva por danos materiais e morais – independe de comprovação de culpa, basta a prova da oferta enganosa.
- Suspensão da emissão de novos cartões por 180 dias se comprovada indução ao superendividamento.
- Censura pública com divulgação obrigatória da infração no aplicativo e site por 30 dias.
- Destinação das multas: 50% para o Fundo de Defesa do Consumidor (indenização às vítimas) e 50% para o Fundo de Fortalecimento do SUS (saúde pública).
- Igualdade de regras entre bancos físicos e digitais: o Banco Central fiscalizará todas as instituições financeiras e de pagamento (PicPay, PagBank, Nubank, Mercado Pago, Inter etc.) com as mesmas regras, poderes e deveres, vedada qualquer diferenciação regulatória que favoreça fintechs em detrimento da proteção ao consumidor.
- Criação do Índice de Justiça Financeira (IJF): ranking público mensal elaborado pelo BC, com as instituições que mais cobram e as que mais respeitam o consumidor.
- Ouvidoria específica: BC e Procon criarão canal exclusivo para denúncias de ofertas enganosas e falta de atendimento humano, com prazo máximo de 15 dias corridos para resposta.
- Crime de usura financeira: detenção de 6 meses a 2 anos; reclusão de 2 a 5 anos para reincidentes.

**ACABOU A FARRA DOS BANCOS DIGITAIS COM O DINHEIRO DO POVO!
JUROS JUSTOS, ATENDENTE HUMANO E FIM DAS OFERTAS
ENGANOSAS! FÍSICOS E DIGITAIS – AS MESMAS REGRAS, O MESMO
BC, O MESMO CONTROLE! UM MOMENTO TÃO ESPERADO PARA
PREVALECER O JUSTO!**

PROPOSTA 22 – BANCO CENTRAL

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Reintegra BC ao Poder Executivo, acrescentando objetivos de desenvolvimento e emprego além da estabilidade de preços.

Principais Medidas:

- Fim da autonomia do Banco Central
- Reintegração do BC ao Poder Executivo
- Novos objetivos: desenvolvimento econômico sustentável, geração de emprego e renda, redução das desigualdades, fomento ao crédito para pequenas e médias empresas
- Controle popular: plebiscito obrigatório para transferência de ativos do BC ou Tesouro
- Extinção imediata dos mandatos atuais dos diretores
- Revogação da EC nº 117/2024

PROPOSTA 23 – JUSTIÇA FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria Tribunal Nacional de Crimes Financeiros com poder para intervir em instituições que praticarem juros abusivos.

Principais Medidas:

- Papel estratégico dos bancos públicos (assegurado constitucionalmente) • Criação da Contribuição Social sobre Lucros Financeiros Excessivos (CSLFE) • Autorização para o BC limitar o spread bancário
- Obrigatoriedade de atendimento bancário em regiões carentes
- Criação do Banco Postal Nacional
- Proibição de discriminação algorítmica por CEP, raça ou etnia
- Conta digital gratuita universal

PROPOSTA 24 – CONAB

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento para atuar no controle de preços e formação de estoques reguladores.

Principais Medidas:

- Prioridade do abastecimento interno sobre exportações (princípio constitucional)
- Exportação condicionada à comprovação de disponibilidade interna
- Fortalecimento da CONAB como gestora de estoques reguladores •
- Critérios objetivos para comprovação da demanda nacional
- Sanções pelo descumprimento

PROPOSTA 25 – CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

Tipo: PLP

Ementa: Estabelece critérios técnicos e econômicos rigorosos para criação de novos municípios, evitando fragmentação sem viabilidade.

Principais Medidas:

- População mínima: 10.000 habitantes (7.000 para Amazônia Legal) •
- Viabilidade econômico-financeira: receitas próprias $\geq$ 30% das despesas projetadas
- Núcleo urbano consolidado com infraestrutura básica
- Continuidade territorial
- Estudo de impacto ambiental
- Plebiscito obrigatório e vinculante
- Período de transição de 4 anos com gestão compartilhada

PROPOSTA 26 – APLICATIVO ESTATAL

Tipo: PLP + PL

Ementa: Desenvolve aplicativo estatal unificado para serviços públicos, acabando com a escravidão moderna das grandes plataformas privadas.

Principais Medidas:

- Modelo cooperativo: trabalhadores são donos da plataforma
- Taxa de serviço limitada a 10% (contra 25-35% das grandes plataformas) • Trabalhadores recebem até 85% do valor dos serviços
- Seguro de acidentes, auxílio-doença e fundo emergencial
- Proibição de bloqueio arbitrário
- Isenção fiscal para cooperativas nos primeiros 5 anos

PROPOSTA 27 – ISENÇÃO FISCAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Revisa e extingue isenções fiscais para setores privilegiados, mantendo apenas benefícios com comprovado impacto social.

Principais Medidas:

- Revogação geral de todos os incentivos fiscais vigentes
- Reavaliação técnica por Comitê Técnico de Análise de Impacto (CTAI)
- Matriz de Pontuação Pública: Custo-Benefício Fiscal (40%), Qualidade do Emprego (25%), Transferência & Encadeamento (20%), Sustentabilidade e ESG (15%)
- Contratos de Desempenho e Transferência (CDT) por 5 anos
- Cláusula Antilobby com rescisão imediata em caso de lobby ilegal

PROPOSTA 28 – PACOTE ANTI-GOLPES E ANTIVIOLÊNCIA DAS BIG TECHS

Tipo: PEC + PLP + PL

EMENTA: Instituir o marco regulatório digital mais rigoroso do planeta, transformando o Brasil em um ambiente hostil para golpistas, criminosos virtuais, disseminadores de ódio e plataformas que manipulam algoritmos.

O Pilar Constitucional

- Novos direitos fundamentais (art. 5º):
 - Proteção contra fraudes e golpes digitais.
 - Vedação absoluta à veiculação de conteúdo violento, de ódio, discriminatório e de apologia ao nazismo, fascismo ou totalitarismo.
- Responsabilização máxima (art. 170):
 - Plataformas digitais passam a ser responsáveis solidária e criminalmente por qualquer dano.
- Controle estatal sobre tecnologia (art. 220):
 - O Estado terá controle rigoroso sobre algoritmos e sistemas de recomendação.
 - Liberdade de expressão não protege plataformas que veiculam

ilícitos. A Regulamentação, os Deveres e as Sanções

- Quem é atingido: Plataformas com mais de 500 mil usuários no Brasil (redes sociais, marketplaces, buscadores, streaming, mensageiros etc.).
- Obrigações das Big Techs:
 - Verificar identidade de anunciantes.
 - Remover conteúdo fraudulento, violento ou de ódio em até 12 horas.
 - Indenizar vítimas de golpes em até 48 horas (sem precisar esperar a Justiça).
 - Manter servidores físicos no Brasil e guardar registros por 10 anos.
 - Entregar o código-fonte dos algoritmos ao Estado para auditoria (sob sigilo).
- Fiscalização implacável:
 - Criação da CNDD (Central Nacional de Denúncias) – funciona 24/7, com poder para bloquear contas e perfis em até 4 horas.
 - Criação do SNAA (Sistema Nacional de Auditoria Algorítmica) – fará inspeções surpresa nos sistemas de IA.

- Sanções administrativas monstruosas:
 - Multa de 2% a 30% do faturamento da empresa no Brasil.
 - Suspensão das atividades por até 2 anos.
 - Banimento definitivo do país (com bloqueio de acesso) para reincidentes graves ou que permitirem neonazismo.
 - Diretores e administradores podem ser inabilitados por 30 anos e impedidos de sair do país.

Os Crimes, as Penas e a Educação

- Novos crimes digitais tipificados:
 - Golpes financeiros, estelionato digital e falsificação de documentos.
 - Crimes de ódio, racismo e apologia ao nazismo/fascismo no ambiente digital (equiparados a crime contra a humanidade).
 - Manipulação de algoritmos para influenciar eleições ou a opinião pública.
 - Criação e venda de bots e perfis falsos em massa.
- Penalidades severíssimas:
 - Reclusão de 10 a 30 anos em regime inicial fechado (se o prejuízo for alto ou envolver violência/ódio).
 - Aumento de pena de 1/3 até a metade contra idosos, crianças e vulneráveis.
 - Crimes de nazismo, fascismo e racismo digital são INAFIANÇÁVEIS e IMPRESCRITÍVEIS (não prescrevem nunca).
- Penas acessórias (além da cadeia):
 - Multa de 300% a 1.000% do valor do prejuízo.
 - Perda de todos os bens e criptomoedas.
 - Cadastro nacional de fraudadores (bloqueio de crédito por 30 anos).
 - Interdição do uso da internet para o criminoso.
- Proteção das vítimas:
 - Reparação integral com danos morais dobrados.
 - Atendimento psicológico gratuito por 2 anos.
 - Sigilo absoluto da identidade da vítima em todo o processo.
- Educação obrigatória:
 - Disciplina de "Educação Digital" nas escolas (incluindo segurança, combate ao ódio e história dos totalitarismos).
 - Campanhas nacionais mensais de conscientização.

O QUE TORNA ESSE PACOTE O "MAIS RIGOROSO DO PLANETA"?

Aspecto	Diferencial Mundial
Controle de Algoritmos	Obriga��o de entregar o código-fonte ao Estado e auditoria surpresa (nem a UE exige tanto).
Nazismo e ódio Digital	Classificados como crimes contra a humanidade (imprescritíveis e inafian���aveis) – iguala o digital ao físico.
Banimento de Plataformas	Possibilidade de expulsar permanentemente uma Big Tech do Brasil.
Responsabilidade Pessoal	Diretores podem ser presos, multados e impedidos de sair do país por decisão administrativa.
Prazos Ultra Rápidos	Remo��o em 12h e bloqueio em 4h (batem recordes de agilidade).
Penalidades Financeiras	Multa de até 30% do faturamento + multa criminal de até 1.000% do prejuízo (esmaga financeiramente).

Conclusão do Resumo: Este tripé legislativo (PEC + PLP + PL) não apenas pune o golpista, mas responsabiliza as plataformas estruturalmente, submete a inteligência artificial ao controle estatal, e transforma a educa  o digital em política de Estado. O Brasil sai da passividade e assume a liderança global na prote  o dos direitos fundamentais no mundo virtual.

PROPOSTA 29 – CANDIDATURA INDEPENDENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Permite candidaturas sem filiação partidária, com requisitos de assinaturas e apoio comunitário.

Principais Medidas:

- Eliminação da exigência de filiação partidária
 - Requisito de assinaturas: 1% do eleitorado nacional para Presidente; 1% do eleitorado estadual para Senador; 0,5% da circunscrição para Deputados
 - Acesso ao horário eleitoral gratuito proporcional ao número de assinaturas
 - Vedação ao uso do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário
 - Vedação à filiação partidária após o registro

PROPOSTA 30 – FORO DE PRERROGATIVAS

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Extingue foro privilegiado para todas as autoridades, sujeitando-as à Justiça comum.

Principais Medidas:

- Foro mantido apenas para o Presidente da República durante o exercício do mandato
- Extinção do foro para Vice-Presidente, Ministros de Estado, parlamentares, governadores, magistrados e demais autoridades
- Processos em curso remetidos à primeira instância em até 180 dias
- Suspensão de prazos processuais por 60 dias para adequação

PROPOSTA 31 – FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Acaba com o fundo eleitoral e partidário! Financiamento por CPF e CNPJ limitado e prestação de contas rigorosa.

Principais Medidas:

- Extinção do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário
- Recursos redirecionados para Saúde (50%), Educação (30%) e Fundo de Democracia Participativa (20%)
- Financiamento exclusivo por pessoas físicas (CPF) com limite de R\$ 1.000,00/ano
- Proibição de doações por pessoas jurídicas
- Sistema Nacional de Doações Políticas (SNDP) com transparência em tempo real
- Tetos de gastos: Presidente R\$ 50 milhões, Deputado Federal R\$ 2 milhões, Vereador R\$ 200 mil

PROPOSTA 32 – CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Estabelece critérios técnicos para nomeações, com avaliação de mérito e experiência comprovada. Serão preenchidas por concurso público!

Principais Medidas:

- Concurso Público Nacional para o Alto Escalão Técnico (CPNAET) • Cargos abrangidos: DAS 5 e 6, presidentes e diretores de autarquias e estatais, Secretários Executivos e Nacionais
- Banca Examinadora Central com autonomia técnica e mandato de 4 anos • Etapas: prova escrita, análise de currículo, assessment center, arguição pública
- Cadastro Nacional de Gestores Públicos (CNGP) com validade de 4 anos • Nomeações devem escolher entre os 3 primeiros colocados
- Sanções por nomeação irregular: improbidade administrativa

PROPOSTA 33 – IPVA SOBRE BENS DE LUXO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa alíquotas progressivas de IPVA para veículos de luxo e alta cilindrada.

Principais Medidas:

- Tributação sobre aeronaves de uso privado, embarcações de recreio, veículos de alto valor (>R\$ 500 mil ou >400 cv)
- Alíquotas anuais de IPVA entre 1,5% e 4%
- Destinação: 40% para saúde, 40% para educação, 20% para infraestrutura de transporte público
- Arrecadação adicional estimada: R\$ 5 bilhões/ano

PROPOSTA 34 – ISENÇÃO FISCAL PARA IGREJAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Mantém imunidade tributária condicionada à prestação de contas e comprovação de atividades sociais.

Principais Medidas:

- Imunidade condicionada ao Regime Fiscal de Transparência e Contrapartida Social
- Prestação de contas pública com auditoria independente
- Despesas administrativas limitadas a 40% da receita bruta anual
- Aplicação de no mínimo 35% da receita em projetos sociais
- Perda da imunidade por 5 anos em caso de descumprimento
- Portal da Transparência das Entidades Religiosas

PROPOSTA 35 – RÁDIO E TV: FIM DO MONOPÓLIO NAS CONCESSÕES

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Desconcentra concessões de mídia, limitando número de outorgas por mesmo grupo empresarial.

Principais Medidas:

- Limites de cobertura populacional: 15% nacional, 25% estadual, 35% municipal
- Proibição de propriedade cruzada (TV, rádio, jornal, portal) no mesmo município
- Fortalecimento da radiodifusão pública e comunitária
- Cota de 20% da programação para conteúdo independente e regional
- Conselho Nacional de Comunicação Social com composição paritária
- Prazo de 5 anos para adequação

PROPOSTA 36 – INVESTIGAÇÃO DE ONGs

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fortalecimento da fiscalização sobre ONGs, com auditoria regular de recursos públicos recebidos.

Principais Medidas:

- Repasses a ONGs devem obedecer aos princípios da publicidade, economicidade e eficiência
- Exigência de existência jurídica mínima de 3 anos
- Vedação de parcerias com entidades que tenham agentes políticos ou parentes em seus quadros
- Cadastro Nacional de Entidades Parceiras do Poder Público (CNEPP)
- Auditoria obrigatória para entidades que recebem acima de R\$ 500 mil/ano
- Suspensão imediata de repasses em caso de descumprimento

PROPOSTA 37 – FRAUDES EM PRIVATIZAÇÕES

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Cria comissão para reavaliar processos de privatização com indícios de irregularidades.

Principais Medidas:

- Imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário
- Criação da Comissão Nacional de Revisão de Privatizações (CNRP) com mandato de 5 anos
- Acesso irrestrito a documentos públicos e privados
- Fundo de Reparação ao Povo Brasileiro (FRPB)
- Inversão do ônus da prova mediante indícios robustos de irregularidade
- Cooperação internacional para repatriação de ativos

PROPOSTA 38 – CPI DA DÍVIDA PÚBLICA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Instaura CPI para investigar composição e legitimidade da dívida pública brasileira.

Principais Medidas:

- Auditoria anual da dívida pública pelo TCU (obrigação constitucional)
- Relatório com identificação nominal dos beneficiários finais
- Vedação de contratação de operações de crédito com juros superiores em mais de 30% à taxa média do setor privado
- Quarentena de 5 anos para ex-dirigentes do BC e Tesouro
- Identificação obrigatória do beneficiário final na negociação de títulos públicos

PROPOSTA 39 – CONSELHEIROS ESTATAIS

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Exige qualificação técnica para conselheiros de estatais com processo seletivo transparente.

Principais Medidas:

- Seleção por mérito técnico e qualificação profissional comprovada • Conselhos com 1/3 de membros independentes, 1/3 de especialistas de mercado, 1/3 do acionista controlador
- Mandato fixo de 2 anos, vedada recondução imediata
- Requisitos: pós-graduação, 10 anos de experiência em alta gestão, certificação em governança
- Comitê de Seleção Paritário com autonomia técnica
- Remuneração variável limitada a 50% da fixa, com cláusula de recuperação (clawback)

PROPOSTA 40 – IA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa sistemas de inteligência artificial para cruzar dados e identificar irregularidades.

Principais Medidas:

- Base constitucional para uso de IA em investigações criminais • Garantias: contraditório, ampla defesa, supervisão humana obrigatória • Sistema Integrado de Alerta e Resposta ao Desmatamento (SIARD) • Sistema Integrado de IA para Investigação Criminal e Ambiental "Olho Que Tudo Vê"
- Autorização judicial obrigatória para coleta de dados biométricos
- Eliminação de dados após o término da investigação

PROPOSTA 41 – DESMATAMENTO ILEGAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria força-tarefa permanente com satélites e inteligência para combate ao desmatamento. Vira crime hediondo.

Principais Medidas:

- Desmatamento ilegal classificado como crime hediondo
- Penas de 5 a 10 anos de reclusão e multas de até R\$ 10 milhões por hectare para pessoas jurídicas
- Sistema Integrado de Alerta e Resposta ao Desmatamento (SIARD) • Forças-tarefa nacionais permanentes
- Rastreabilidade por blockchain para cadeias de carne, soja, madeira e couro • Crédito rural condicionado à regularidade ambiental
- Programa de Proteção a Denunciantes de crimes ambientais

PROPOSTA 42 – MINERAÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta atividade mineral com royalties justos e compensação ambiental ampliada.

Principais Medidas:

- Exploração mineral deve ser sustentável, com vedação a barragens a montante • Criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Exploração Mineral (CIDE-Mineração) com alíquota de 5%
- Fundo Nacional de Recuperação Ambiental (FNRA)
- Consentimento livre, prévio e informado de comunidades tradicionais
- Rastreabilidade por blockchain da origem do minério
- 50% da CFEM destinada aos municípios impactados
- Crimes ambientais na mineração: reclusão de 10 a 20 anos

PROPOSTA 43 – AGROTÓXICO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Restringe uso de agrotóxicos proibidos em outros países e incentiva transição agroecológica.

Principais Medidas:

- Eliminação progressiva de agrotóxicos perigosos
- Prazos: 12 meses para agrotóxicos banidos na UE; 3 anos para extremamente tóxicos; 10 anos para todos os agrotóxicos de síntese química
- Zonas Livres de Agrotóxicos: APPs, terras indígenas, entorno de escolas e unidades de saúde, áreas de captação de água
- Programa Nacional de Transição Agroecológica (PNTA)
- Incentivos fiscais para produção agroecológica
- Multas de até R\$ 10 milhões

PROPOSTA 44 – DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ECONOMIA CIRCULAR E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui a Política Nacional de Aproveitamento Integral de Resíduos (PNAIR) e o Programa Nacional de Aproveitamento Alimentar e Combate ao Desperdício (PNACD). Obriga restaurantes, supermercados, padarias e buffets a doarem sobras próprias para consumo humano na hierarquia: 1º PESSOA (asilos, moradores de rua, famílias do CadÚnico) → 2º ANIMAL (suínos, aves, peixes) → 3º ADUBO (compostagem e biodigestão). Cria o Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com máquinas automatizadas que remuneram o cidadão por materiais recicláveis: PET (R\$ 0,15), lata de alumínio (R\$ 0,10), isopor limpo (R\$ 0,50) e sacola plástica (R\$ 1,00), com crédito via Pix ou Aplicativo Estatal (PROPOSTA 26). Fixa a meta vinculante de 100% de reciclagem, compostagem, biodigestão ou recuperação energética em 10 anos, com proibição total de sacolas plásticas em 2 anos e de isopor em 5 anos. Institui a CIDE-Reciclagem e o Fundo

Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI) com recursos próprios e vedação ao contingenciamento. GARANTE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DOS CATADORES, EDUCAÇÃO AMBIENTAL OBRIGATÓRIA NAS ESCOLAS E PRIORIDADE EM LICITAÇÕES PARA COOPERATIVAS. FAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL! O PRIMEIRO DESTINO DO ALIMENTO É O PRATO DE QUEM TEM FOME!

PRINCIPAIS MEDIDAS SINTETIZADAS

- Hierarquia constitucional dos resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, recuperação energética e disposição final adequada, com responsabilidade compartilhada.
- Proibição total de sacolas plásticas convencionais em até 2 anos e de isopor descartável em até 5 anos, com exceções regulamentadas para uso hospitalar.
- Meta vinculante: 100% de reciclagem, compostagem, biodigestão ou recuperação energética em 10 anos; redução de 50% do lixo destinado a aterros em 5 anos.
- Obrigação de doação de excedentes alimentares na hierarquia: Pessoa → Animal → Adubo, com dedução fiscal de até 50% para doadores regulares.
- Inclusão socioprodutiva dos catadores: prioridade em contratos públicos e logística reversa; capacitação técnica e estrutural; criação do Cadastro Nacional de Cooperativas (CNCAT); vedação ao trabalho análogo à escravidão.
- Educação ambiental obrigatória como tema transversal na educação básica, com carga horária mínima de 20 horas/aula anuais e campanhas nacionais permanentes.
- Logística reversa ampliada: fabricantes, importadores e comerciantes devem estruturar sistemas de coleta e destinação de embalagens, eletroeletrônicos, pilhas, pneus, medicamentos, plásticos de uso único e isopor.
- Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI): máquinas automatizadas que remuneram o cidadão com crédito via Pix, Aplicativo Estatal ou desconto em conta de serviço público.
- Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI): recursos não contingenciáveis oriundos da CIDE-Reciclagem, multas e dotações orçamentárias.
- Incentivos fiscais e financeiros: redução de 50% do IPI para economia circular; dedução integral de investimentos em P&D no IRPJ; isenção de PIS/COFINS por 5 anos para micro e pequenas empresas de reciclagem; selo verde com preferência em licitações.
- Sanções administrativas: multas diárias de R\$ 5 mil a R\$ 10 milhões, suspensão de licenças, interdição, cassação de CNPJ e inidoneidade por até 10 anos.
- Sanções penais: descarte irregular sujeito a reclusão de 1 a 4 anos e multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 500.000,00.

IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO ESTIMADO

- Geração de 500 mil empregos diretos e indiretos no setor de reciclagem, com prioridade para catadores organizados em cooperativas, elevando sua renda média em até 200%.
- Arrecadação anual com a CIDE-Reciclagem estimada em R\$ 3 a R\$ 5 bilhões, integralmente reinvestidos no FNAI.
- Economia de R\$ 1,5 bilhão/ano com redução de internações por doenças relacionadas a lixões e poluição.
- Redução de 30% do desperdício de alimentos, com doação de 1,5 milhão de toneladas/ano para famílias em situação de vulnerabilidade.
- Cumprimento integral das metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), posicionando o Brasil como referência mundial em economia circular e justiça social.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FNAI

- 40% para infraestrutura de coleta seletiva, usinas de triagem, compostagem e reciclagem, priorizando municípios com maiores índices de vulnerabilidade social.
- 25% para implantação do Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI), com prioridade em periferias e áreas rurais.
- 20% para programas de capacitação, estruturação de cooperativas de catadores e aquisição de equipamentos, veículos e EPIs.
- 10% para campanhas educativas, materiais didáticos e formação de professores em educação ambiental.
- 5% para pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias limpas de tratamento e valorização de resíduos.

**#SomosUmSóPovo #ReciclagemComJustiçaSocial #EconomiaCircular
#CatadoresValorizados #FomeZero #SacoPlásticoNão #IsoporFora #PEC44
#PLP44A #PL44B #DinheiroFicaNaComunidade #EducaçãoAmbiental
#SustentabilidadeÉDireito #OPrimeiroDestinoÉOPratoDeQuemTemFome**

PROPOSTA 45 – ULTRAPROCESSADOS

Tipo: PL

Ementa: Aplica tributação extra e restrição publicitária a alimentos

ultraprocessados. **Principais Medidas:**

- Proibição de publicidade de ultraprocessados dirigida a crianças e adolescentes
- Vedação de comercialização em instituições de ensino
- Banimento progressivo: bebidas açucaradas (2026), snacks com aditivos sintéticos (2027), carnes reconstituídas (2028)
- Bolsa Alimentação Saudável: R\$ 150/mês para famílias do CadÚnico • Subsídios para reformulação industrial via BNDES
- Rotulagem com alerta frontal: "ESTE PRODUTO É ULTRAPROCESSADO"

PROPOSTA 46 – LIBERAÇÃO DA CANNABIS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta cultivo e uso medicinal da cannabis, com produção

pública. **Principais Medidas:**

- Cultivo doméstico de até 4 plantas fêmeas por residência
- Venda exclusiva em farmácias e estabelecimentos licenciados
- Proibida para menores de 18 anos
- Tributação de 15% a 20%, destinada: 40% SUS, 30% educação, 30% Fundo de Reparação Social
- Prioridade para agricultores familiares, quilombolas, indígenas e pequenos empreendedores
- Extinção da punibilidade para posse de até 50g ou 6 plantas
- Anistia a condenados por posse sem envolvimento com tráfico

PROPOSTA 47 – FLÚOR: BANIMENTO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Proíbe adição compulsória de flúor na água potável, mantendo apenas aplicação tópica supervisionada.

Principais Medidas:

- Proibição total da adição artificial de flúor na água de sistemas públicos
- Revogação da Lei 6.050/1974
- Manutenção de aplicação tópica supervisionada
- Ressalva para concentrações naturais

PROPOSTA 48 – PEC MALAFAIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta relação Estado-Igrejas, mantendo imunidade tributária com contrapartidas sociais.

Principais Medidas:

- Vedação de uso da liberdade religiosa para disseminação de desinformação, incitação à ruptura democrática ou ataques às instituições
- Perda da imunidade tributária por 5 anos mediante condenação transitada em julgado
- Tipificação do crime de incitação pública à ruptura da ordem constitucional (reclusão de 2 a 5 anos)
- Inelegibilidade de líderes religiosos condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito

PROPOSTA 49 – ESCRAVIDÃO / TRABALHO ANÁLOGO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Tipifica trabalho análogo à escravidão como crime hediondo e imprescritível. **Principais Medidas:**

- Perda de todos os bens e valores do condenado como efeito automático
- Responsabilidade solidária da cadeia produtiva
- Pena-base: 4 a 12 anos (antes 2 a 8); se resulta morte: 12 a 20 anos
- Dissolução compulsória da empresa reincidente
- Cadastro Nacional de Empregadores Condenados
- Impedimento de licitar com o poder público por 10 anos

PROPOSTA 50 – REFORMA AGRÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Acelera desapropriação de latifúndios improdutivos para assentamento familiar.

Principais Medidas:

- Direito real de concessão hereditária após 10 anos de exploração direta
- Vedação à alienação a terceiros e à hipoteca
- Criação do Fundo Nacional de Recompra e Redistribuição (FNRR)
- Programa Nacional de Aquisição Alimentar Direta (PNAAD): garantia de compra de até 50% da produção
- Criação do Agente Comunitário da Terra
- Assistência técnica com foco agroecológico

PROPOSTA 51 – SALÁRIO-MÍNIMO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Eleva o salário mínimo nacional a 10% do subsídio mensal bruto dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em até cinco anos, com reajuste automático posterior. Estabelece cronograma gradual a partir de 2027, cria o

Comitê de Acompanhamento Permanente (CAP) e institui o Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PRÓ-MPE) com isenção patronal e crédito subsidiado. FAZEMOS JUSTIÇA AO TRABALHADOR BRASILEIRO!

PRINCIPAIS MEDIDAS SINTETIZADAS

- Meta final: salário-mínimo = 10% do subsídio dos ministros do STF = R\$ 4.636,62 (base: R\$ 46.366,19 bruto mensal em 2025).
- Cronograma (5 anos – a partir de 2027):
 - 2027 → 4,5% (≈ R\$ 2.086)
 - 2028 → 6,0% (≈ R\$ 2.782)
 - 2029 → 7,5% (≈ R\$ 3.477)
 - 2030 → 8,8% (≈ R\$ 4.080)
 - 2031 → 10% (≈ R\$ 4.637)
- Reajuste automático a partir de 2032: pelo mesmo percentual de variação do subsídio dos ministros do STF, mantidos os 10%.
- PEC nº 51/2026: acrescenta o art. 114 ao ADCT, vedando redução do subsídio dos ministros para fins de cálculo.
- PLP nº 51A/2026: fixa o cronograma e cria o CAP (governo, setor produtivo, centrais sindicais, academia) para monitoramento e relatórios anuais ao Congresso.
- PL nº 51B/2026 (PRÓ-MPE):
 - Isenção da contribuição patronal previdenciária por 5 anos para micro e pequenas empresas que mantiverem empregos.
 - Linhas de crédito subsidiado (taxas reduzidas, carência de até 24 meses, prazo de 120 meses) por instituições financeiras oficiais.
- Sustentabilidade fiscal: despesas cobertas por dotações orçamentárias próprias; atuação coordenada do Banco Central (controle da inflação) e do Ministério da Fazenda (arcabouço fiscal).
- Transparência: dados atualizados em portal eletrônico; relatórios anuais do CAP ao Congresso Nacional.
- Impacto estimado: substitui a discricionariedade política por regra automática de valorização do salário-mínimo, promovendo redistribuição de renda sem ruptura fiscal.

FAZEMOS JUSTIÇA AO TRABALHADOR BRASILEIRO!

PROPOSTA 52 – IA PARA INCLUSÃO FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Usa inteligência artificial para ampliar acesso a crédito a populações subatendidas.

Principais Medidas:

- Inclusão digital e financeira como direito social (alteração do art. 6º da CF)
- Programa "IA do Povo": educação financeira personalizada, gestão automatizada de micro orçamentos, sistema de microcrédito justo
- Score Social baseado em dados de programas sociais e histórico de pagamentos (mediante consentimento)
- Limite de crédito: R\$ 5.000,00 por operação
- Comitê de Governança da Inclusão Financeira

PROPOSTA 53 – ESCALA 5X2

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece a escala padrão de 5 dias trabalhados por 2 dias consecutivos de descanso semanal remunerado para todos os trabalhadores do setor público e privado. Permite flexibilidade negociada para compensação de jornada entre empregados, sem prejuízo do descanso semanal. Fixa teto máximo de 40 horas semanais, com metas de redução para 36 horas. Proíbe redução salarial. Garante o direito à desconexão digital, intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas, intervalo de 1 hora para alimentação, proteção contra retaliação e prioridade para gestantes e lactantes.

PRINCIPAIS MEDIDAS

1. Escala padrão e jornada

- Escala 5x2 como regime padrão em todo o território nacional.
- Dois dias consecutivos de descanso semanal remunerado, preferencialmente sábados e domingos.
- Garantia de que pelo menos um dos dias de descanso coincida com o domingo civil.
- Jornada máxima: 40 horas semanais (implantação em até 1 ano).

Meta vinculante de redução para 36 horas semanais em até 5 anos, sem redução salarial.

2. Direitos trabalhistas avançados

- Direito à desconexão digital – vedada a cobrança de respostas a comunicações de trabalho fora da jornada. Emergências comprovadas são computadas como hora extra com adicional de 100%.
- Intervalo mínimo de 11 horas entre duas jornadas – descumprimento gera pagamento em dobro das horas que suprimirem esse intervalo.
- Intervalo intrajornada de 1 hora para repouso e alimentação – vedado fracionamento em períodos inferiores a 30 minutos.
- Trabalho em dia de descanso pago em dobro + folga compensatória acrescida de um dia de bonificação (totalizando 3 dias consecutivos de folga).

3. Flexibilidade controlada com proteção ao trabalhador

- Flexibilidade permitida apenas mediante acordo individual escrito (com assistência sindical ou ciência do trabalhador) ou convenção/acordo coletivo. • Compensação para cobrir ausência de outro funcionário: limitada a 2 horas extras/dia e 8 horas/semana, com adicional mínimo de 50%, voluntária e expressamente autorizada a cada ocorrência.
- Recusa do trabalhador em fazer compensação não pode ser punida. • Qualquer acordo ou convenção que suprima ou reduza direitos é nulo de pleno direito – princípio da norma mais favorável.

4. Proteção contra retaliação e garantias processuais

- Presunção de retaliação em caso de dispensa sem justa causa ou preterição nos 90 dias seguintes ao exercício de qualquer direito previsto nesta proposta – ônus da prova invertido para o empregador.
- Ação civil pública automática por sindicatos em caso de descumprimento sistêmico.
- Obrigação de afixar escala semanal com antecedência mínima de 7 dias – multa de 3 salários-mínimos por trabalhador em caso de omissão.

5. Proteção a grupos específicos

- Gestantes e lactantes – prioridade na definição dos dias de descanso; vedação à convocação para compensações em dias de descanso, sem qualquer prejuízo remuneratório.
- Trabalhadores intermitentes, temporários e de plataformas digitais – direito proporcional à escala 5x2 e a dois dias consecutivos de descanso a cada 7

dias, calculado sobre a média mensal de horas.

6. Fiscalização e penalidades

- Inspeção do Trabalho com prioridade para comércio, serviços, saúde e transporte.
- Multa administrativa de 5 a 20 salários-mínimos por trabalhador prejudicado.
- Interdição parcial em caso de reincidência.
- Pagamento em dobro do dia de descanso suprimido, sem prejuízo das demais sanções.

7. Incentivos e adaptação

- Programa Nacional de Adaptação à Escala 5x2 com consultoria gratuita para micro e pequenas empresas.
- Redução de 20% do INSS patronal por 24 meses para empresas que adotarem a escala 5x2 com dois dias consecutivos de descanso antes do prazo legal.
- Livro eletrônico ou sistema de ponto para registro de compensações e substituições.

IMPACTO ESPERADO

- Redução efetiva da jornada média de 44 para 40 horas em 1 ano, com meta de 36 horas em 5 anos.
- Aumento do tempo livre e melhoria da qualidade de vida do trabalhador.
- Estímulo à criação de empregos (necessidade de mais turnos e contratações para manter o mesmo nível de produção).
- Economia de custos com saúde (redução de estresse, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais).
- Fortalecimento do comércio local e do convívio familiar com dois dias consecutivos de descanso.

PROPOSTA 54 – BRASIL AUTOSSUFICIENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fomenta a produção nacional de insumos estratégicos como medicamentos e fertilizantes.

Principais Medidas:

- Autossuficiência energética renovável até 2050
- Criação do Fundo Nacional de Energia Limpa (FUNEL) com R\$ 100 bilhões de aporte inicial

- Metas: 100% combustíveis renováveis, 70% da receita da Petrobras de fontes limpas
- Incentivos fiscais: redução a zero de PIS/PASEP e COFINS, isenção de IPI, depreciação acelerada
- Hub de Hidrogênio Verde (CE) com R\$ 4,2 bilhões
- Refinarias 4.0 para conversão de REPAR/REDUC

PROPOSTA 55 – GURGEL MOTORS E MUSEU

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Resgata a marca Gurgel, lançando carros elétricos com valor POPULAR sem impostos. Cria museu da indústria automotiva nacional e fomenta veículos elétricos.

Principais Medidas:

- Criação da empresa pública "Nova Gurgel S.A." com capital do Fundo Social do Pré-Sal
- Incentivos fiscais por 15 anos: redução a zero de PIS/PASEP, COFINS, IPI e Imposto de Importação
- Contrapartidas: investimento mínimo de 2% da receita bruta em inovação • Política Nacional de Logística Reversa de Baterias
- Museu Nacional Gurgel em São Bernardo do Campo (SP)
- Veículos populares a partir de R\$ 35 mil com financiamento público a juros zero

PROPOSTA 56 – MALHA FERROVIÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Retoma expansão da malha ferroviária para transporte de carga e passageiros.

Principais Medidas:

- Política Nacional de Transporte Ferroviário com prioridade para corredores de exportação
- 20% da arrecadação de incentivos fiscais federais e outorgas ferroviárias destinados aos Fundos Estaduais de Apoio ao Transporte Ferroviário • Criação do Fundo Nacional de Infraestrutura Ferroviária (FNIF) • Regime Especial de

Incentivos para o Desenvolvimento Ferroviário (REIDF) • Corredores Ferroviários Estratégicos: Norte-Sul, Centro-Leste, Oeste-Nordeste • Investimentos: R\$ 600 bilhões, geração de 500 mil empregos

PROPOSTA 57 – DESPOLUIÇÃO DE RIOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa programa nacional de despoluição de bacias

hidrográficas. **Principais Medidas:**

- Regra de Ouro Verde: vedação ao contingenciamento de despesas com despoluição e saneamento
- Programa Nacional de Despoluição de Rios Urbanos (PNDRU) • Fundo Nacional de Despoluição de Rios (FNDR) com recursos não contingenciáveis
- Incentivos fiscais para indústrias sustentáveis: redução de IBS/CBS em até 60% • Estatuto da Responsabilidade Hídrica: majoração de multas, cobrança de companhias estaduais de saneamento
- Educação ambiental como tema transversal na educação básica

PROPOSTA 58 – CANAL DE COMUNICAÇÃO DA EBC

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação como mídia pública independente.

Principais Medidas:

- Criação do Canal Brasil Diversidade com status constitucional • Diretor-Presidente com mandato fixo de 4 anos, escolhido por lista tríplice e aprovado pelo Senado
- Conselho de Participação Social com 27 membros (11 da sociedade civil, 11 do Comitê Editorial, 5 da Rede Nacional)
- Cotas mínimas: 40% de produções regionais, 30% de produções independentes, 15% de programação infantil inédita
- Financiamento: 10% da Condecine Teles
- Plataforma pública de streaming gratuita

PROPOSTA 59 – FAST FOOD: IMAGENS REAIS

Tipo: PL

Ementa: Obriga divulgação de imagens reais de produtos em propagandas de fast food.

Principais Medidas:

- Imagens, fotografias e vídeos de alimentos devem corresponder exatamente ao produto entregue ao consumidor
- Não pode usar ilustrações ou imagens simuladas; exige "IMAGEM REAL" • Vedação ao uso de substâncias não comestíveis (cola, verniz, glicerina) para criar volume artificial
- Multa de 1% a 10% do faturamento bruto
- Prazo de 180 dias para adequação

PROPOSTA 60 – REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Torna obrigatório registro público de atividades de lobby e influência. **Principais Medidas:**

- Registro Nacional de Agentes de Influência (RENAI)
- Divulgação em tempo real das agendas de parlamentares
- Registro unificado de interações com agentes de influência em todos os entes federativos
- Quarentena de 4 anos para ex-agentes públicos de alto escalão • Sistema Nacional de Controle do Lobby (SINACOL)
- Sanções: multas de até 20% do faturamento, suspensão de registro, comunicação ao TCU e MP

PROPOSTA 61 – CONFISCO DE BENS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Amplia possibilidade de confisco sem condenação para bens de organizações criminosas.

Principais Medidas:

- Confisco alargado de bens do condenado, cônjuge, parentes até 3º grau e interpostas pessoas
- Inversão do ônus da prova com prazo de 90 dias
- Pena para integrar organização criminosa: reclusão de 30 a 60 anos, vedada progressão
- Criminalização de "laranjas" com equiparação às penas do crime de organização criminosa
- Prazo de 30 dias para liquidação e alienação de bens após trânsito em julgado
- 50% dos recursos para indenização das vítimas, 50% para Fundos de Segurança Pública e Penitenciário

PROPOSTA 62 – PREJUÍZO AO ERÁRIO

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria o Sistema Nacional de Proteção ao Erário Público para responsabilizar agentes que causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização.

Principais Medidas:

- Imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário
- Validação constitucional da retroatividade civil/administrativa a partir de 15/03/1985
- Confisco alargado com inversão do ônus da prova
- Perda do mandato declarada pelo Judiciário na sentença condenatória
- Vedação temporária de benefícios penais por 20 anos com reavaliação bienal
- Criação da Comissão Nacional da Verdade sobre o Patrimônio Público (CNVPP)
- Documentação probatória de R\$ 1,1 trilhão em prejuízos históricos

PROPOSTA 63 – PORTE DE ARMAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Mantém restrições ao porte com foco em controle rígido e registro centralizado. Campanha Nacional pelo DESARMAMENTO.

Principais Medidas:

- Segurança pública como direito fundamental com prioridade sobre interesse individual no porte
- Sistema Nacional de Controle, Fiscalização e Rastreamento de Armas e Munições (SINCFRAM)
- Registro de arma: pessoal, intransferível, validade de 3 anos
- Exames anuais obrigatórios: psicológico e de capacitação
- Limite de 1 arma por pessoa
- Calibre proibido superior a .38 (revólver) e .380 (pistola)
- Munição: rastreamento individual desde a fabricação; limite de 50 unidades/ano por usuário

PROPOSTA 64 – DÍVIDA PÚBLICA: DIRETRIZES E PREMISSAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece regras transparentes para renegociação da dívida pública. Dispõe sobre a negociação de dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União por meio de dação em pagamento com bens estratégicos.

Principais Medidas:

- Transparência, avaliação independente e controle social nas operações de dação em pagamento
- Avaliação por instituição independente, com publicação obrigatória de laudos
- Identificação de beneficiários finais
- Programa de Locação Social (PLS-U) com imóveis públicos desativados
- Tipificação de superfaturamento e ocultação de beneficiários
- Ação de ressarcimento solidário ao erário

PROPOSTA 65 – TERRAS RARAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria estatal para exploração de terras raras com controle nacional estratégico.

Principais Medidas:

- Terras raras declaradas Patrimônio Estratégico Nacional sob monopólio da União
- Criação da Empresa Brasileira de Terras Raras (EBTR) – sociedade de economia mista sob controle estatal
- Conselho Nacional de Terras Raras (CNTR) com participação paritária • Obrigatoriedade de beneficiamento e industrialização no Brasil
- Vedação à exportação de terras in natura
- Fundo Soberano de Terras Raras (FSTR)
- Selo Verde Brasil (certificação socioambiental obrigatória a partir do 3º ano)

PROPOSTA 66 – PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Exige consulta popular para privatização de serviços

essenciais. **Principais Medidas:**

- Água como direito humano fundamental e bem público de uso comum, vedada sua privatização
- Plebiscito vinculante para qualquer processo de desestatização, concessão ou alienação de bens estratégicos (energia, petróleo, gás, minérios, saneamento, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias federais)
- Divulgação antecipada de estudos de viabilidade e avaliação patrimonial (180 dias)
- Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Estratégico (CNDPE) com participação majoritária da sociedade civil
- Plebiscito por iniciativa popular com 2% do eleitorado nacional

PROPOSTA 67 – DATA CENTER

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Instala data-centers estatais para soberania digital e armazenamento de dados públicos.

Principais Medidas:

- Proteção e soberania dos dados pessoais e governamentais como garantia fundamental
- Criação do Tribunal de Contas de Dados (TCD) como órgão auxiliar do Congresso Nacional
- Criação da Agência Nacional de Segurança de Dados (ANSD)
- Criação da Empresa Brasileira de Dados Soberanos (EBDS)
- Penas de reclusão de 8 a 20 anos para divulgação não autorizada de dados soberanos
- Pena de 20 a 30 anos para divulgação a governo estrangeiro (equiparada a traição nacional)
- Prazo de 5 anos para migração de dados estratégicos dos órgãos federais

PROPOSTA 68 – ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Incentiva plantio de árvores frutíferas em espaço urbano para segurança alimentar.

Principais Medidas:

- Obrigatoriedade de integração de espécies frutíferas nativas em planos diretores e políticas de arborização urbana
- Prazo de 2 anos para adequação dos municípios
- Colheita organizada de forma comunitária, com prioridade para escolas públicas e equipamentos de segurança alimentar

PROPOSTA 69 – ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui o Estatuto da Dignidade Animal, estabelecendo normas obrigatórias para criação, transporte e abate de todas as espécies de produção.

Principais Medidas:

- Reconhecimento formal dos animais como seres sencientes
- Princípio in dubio pro animal
- Eliminação progressiva do transporte de longa distância; abate on-farm ou em abatedouros regionais (raio máximo de 60 km)
- Vedação de gaiolas, celas de gestação, choques e ferrões
- Monitoramento por câmeras obrigatório
- Representante Legal do Bem-Estar Animal
- Prazo único de 5 anos para adequação de todos os empreendimentos • Elevação da pena para maus-tratos: reclusão de 2 a 5 anos

PROPOSTA 70 – PROJETO EDUCACIONAL "FORMANDO DONOS DO FUTURO"

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui programa com diretrizes, metodologias e inovações, detalhando estrutura de cada fase educacional, sistema de apoio contínuo e mecanismos de parceria.

Principais Medidas:

- Erradicação do analfabetismo funcional e digital em 10 anos
- Educação Infantil (0-6): "Sementes Autônomas" – aprendizagem baseada em jogos, neurociência, Baby Tech Labs
- Ensino Fundamental (7-14): "Donos do Saber" – Mastery Learning, plataforma nacional de IA
- Ensino Médio (15-17): "Donos do Futuro" – currículo flexível com rotas acadêmica, técnica e empreendedora
- Ensino Superior (18+): "Donos da Inovação" – micro graduações

modulares, "Universidade sem Fronteiras"

PROPOSTA 71 – EDUCAÇÃO: CIEPs PAULO FREIRE

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Recria modelo de escolas integrais com atividades culturais e esportivas. **Principais Medidas:**

- Direito à educação integral em tempo integral nas redes públicas • Vinculação de parcela dos royalties de petróleo, gás e recursos não renováveis ao financiamento
- Fundo Nacional de Educação Integral (FNEI)
- Currículo: núcleo nacional comum (60%) + componente regional diversificado (40%)
- Síntese entre excelência técnica (Matemática, Ciências, Tecnologia) e pedagogia freireana
- Meta de 5.000 unidades em funcionamento até 2035

PROPOSTA 72 – CRECHES VIVAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma creches em espaços comunitários com participação familiar. **Principais Medidas:**

- Abordagem sistêmica integrando educação, assistência social e saúde
- Adicional de até 30% dos recursos do FUNDEB para formação continuada, contratação de psicólogos e assistentes sociais, e estruturação de espaços terapêuticos
- Espaços de educação ao ar livre, hortas, áreas verdes
- "Jardim das Constelações" para acolhimento de famílias
- Projeto-piloto de 12 creches para validação da metodologia
- Meta de 600 unidades em 5 anos em áreas de vulnerabilidade social

PROPOSTA 73 – VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS E URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Tipo: PEC + PLP + PL

1. VERTICALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FAVELAS

- Cria o Programa Nacional de Urbanização Verticalizada e Democrática (PNUVD), com prioridade para comunidades em áreas de vulnerabilidade social.
- Os projetos de urbanização deverão verticalizar o espaço com prédios de até 5 pavimentos, otimizando o solo e liberando áreas para equipamentos públicos e comunitários.
- Cada complexo urbanizado deverá conter, obrigatoriamente, em seu interior ou em seu entorno imediato (até 500m):
 - **Educação:** Escola de Ensino Fundamental e creche (integrando a rede CIEPs Paulo Freire – Proposta 71).
 - **Saúde:** Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h e Unidade Básica de Saúde (UBS), com integração ao SUS Digital 360 (Proposta 76).
 - **Comércio e Serviços:** Espaço para comércio local (mercado, farmácia, padaria, oficinas) e centros de formação profissional.
 - **Lazer e Convivência:** Piscina, quadra poliesportiva, campo de futebol society, espaço gourmet, biblioteca comunitária, horta vertical e áreas verdes.
- **Financiamento:** Recursos do Fundo Nacional de Reparação do Patrimônio Público (Proposta 62), do FNHIS e de contrapartidas estaduais e municipais, com vedação ao contingenciamento.

2. GESTÃO COMUNITÁRIA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – "O DINHEIRO FICA NA COMUNIDADE" • A administração do condomínio e dos equipamentos públicos será exercida por um **Conselho Gestor Comunitário**, composto por:

- **50%** de representantes eleitos pelos moradores.
- **25%** de representantes do poder público municipal.

- **25%** de representantes da sociedade civil organizada.
- O Conselho terá autonomia para:
 - **Gerir o orçamento comunitário:** Uma parcela dos impostos arrecadados na região (IPTU, ISS, ICMS) e dos recursos do programa será destinada a um Fundo Comunitário de Desenvolvimento, com decisão de aplicação pelos moradores (inspirado no orçamento participativo).
 - **Definir prioridades de investimento:** Obras de manutenção, reformas, novos equipamentos e serviços.
 - **Estabelecer e aplicar as regras de convivência,** com sistema de advertências e penalidades.

3. REGRAS DE CONVIVÊNCIA HUMANIZADA E DISCIPLINA COMUNITÁRIA

Baseadas nos princípios de harmonia social, respeito ao próximo e responsabilidade coletiva, inspirados na cultura chinesa, conforme tabela abaixo:

Área	Regra	Penalidades Progressivas
Convívio e Respeito	Vedação a qualquer ato de discriminação, violência física ou moral. Conflitos devem ser resolvidos por mediação comunitária.	1ª: Advertência verbal. 2ª: Multa de 10% da taxa condominial. 3ª: Multa de 20% e suspensão do uso de áreas comuns por 30 dias.
Barulho e Sossego	Silêncio rigoroso entre 22h e 7h e das 12h às 14h. Volume máximo de 40 decibéis internos e 55 externos.	1ª: Advertência por escrito. 2ª: Multa de 10% e advertência pública. 3ª: Multa de 30% e processo de perda da moradia.
Uso dos Espaços Comuns	Agendamento prévio de piscina, quadra e campo. Limpeza e manutenção	1ª: Advertência e suspensão de agendamento por 15 dias. 2ª: Multa de 15%

	compartilhadas.	e
--	-----------------	---

		suspensão por 30 dias. 3ª: Multa de 25% e perda do direito de uso por 60 dias.
Higiene e Conservação	Descarte correto de lixo e coleta seletiva. Animais com coleira e recolhimento de dejetos.	1ª: Advertência e obrigação de reparar o dano. 2ª: Multa de 20% e serviço comunitário de limpeza. 3ª: Multa de 40% e processo de perda da moradia.
Solidariedade e Ajuda Mútua	Criação de "Banco de Horas Comunitárias" (trocas de serviços por descontos na taxa). Prioridade de ajuda a idosos e vulneráveis.	Não se aplica penalidade, sendo o descumprimento da ajuda considerado falta grave, sujeita a advertência e perda de benefícios.

4. DA PERDA DA MORADIA E COMPRA PELO ERÁRIO

- A perda da moradia será decretada por decisão fundamentada do Conselho Gestor, com direito a ampla defesa e recurso à Comissão Municipal de Habitação.
- O imóvel será adquirido pelo Fundo de Reparação do Erário (Proposta 62), com o valor de indenização calculado pelo valor de mercado, descontados danos e multas.
- O imóvel será destinado a nova família da fila de espera, em sistema de rodízio que assegura a função social da moradia.
- A medida é inspirada na cultura chinesa de disciplina coletiva e no princípio de que o bem-estar da comunidade prevalece sobre o interesse individual.

5. ECONOMIA LOCAL E GERAÇÃO DE RENDA

- Será incentivada a criação de cooperativas de serviços (limpeza, manutenção, segurança, gastronomia) geridas pelos próprios moradores.
- O comércio local terá prioridade nas licitações e contratos com o complexo.
- Programas de capacitação profissional (Proposta 70 – "Formando Donos do Futuro") serão oferecidos dentro do próprio complexo, preparando a comunidade para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo.

CLASSIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM AS DEMAIS PROPOSTAS

Proposta Relacionada	Como se Integra
Proposta 62 – Prejuízo ao Erário	O Fundo de Reparação do Erário financia a urbanização e a compra dos imóveis em caso de perda da moradia.
Proposta 71 – CIEPs Paulo Freire	As escolas e creches dentro do complexo seguem o modelo de educação integral e transformadora.
Proposta 74 – SUS Contra Fraude	A UPA e a UBS integradas ao complexo utilizam o sistema de inteligência e blockchain para gestão de recursos.
Proposta 76 – Plataforma SUS Digital 360	Os prontuários e atendimentos da UPA/UBS são integrados à plataforma nacional.
Proposta 80 – Fim do Plano de Saúde nos Três Poderes	A população do complexo terá acesso ao mesmo SUS que os servidores públicos, com o Fundo de Fortalecimento do SUS.
Proposta 70 – Formando Donos do Futuro	Os cursos de capacitação profissional e empreendedorismo são oferecidos dentro do complexo.

Proposta 73 – Vilas Sustentáveis Ecológicas	Esta proposta revisada substitui e amplia o conceito original, integrando verticalização, equipamentos urbanos e gestão comunitária.
---	--

IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO

- **Transformação Urbana:** Fim das favelas desordenadas, substituídas por bairros verticalizados, organizados, com infraestrutura completa e qualidade de vida.
- **Redução da Desigualdade:** A comunidade passa a ter acesso a serviços públicos de qualidade (saúde, educação, lazer) sem precisar se deslocar para outras regiões da cidade.
- **Economia Local:** O dinheiro gerado na comunidade (impostos, consumo, serviços) permanece nela, fortalecendo o comércio local e gerando emprego e renda.
- **Disciplina e Cidadania:** As regras de convivência, com penalidades progressivas, criam um ambiente de respeito mútuo e responsabilidade coletiva, reduzindo a violência e fortalecendo o tecido social.
- **Modelo Replicável:** A proposta pode ser implementada em todo o território nacional, com a participação dos três entes federativos (União, Estados e Municípios), promovendo uma verdadeira Reforma Urbana e Social.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta é uma evolução natural do conceito de "Vilas Sustentáveis Ecológicas" (Proposta 73), integrando-o ao modelo de urbanização democrática e verticalizada das favelas, com equipamentos públicos e gestão comunitária. Ela dialoga com diversas outras propostas do projeto (educação, saúde, combate à corrupção, reparação histórica), criando um ciclo virtuoso onde o Estado investe, a comunidade se organiza, e os recursos são aplicados de forma transparente e eficiente.

A inspiração na cultura chinesa de harmonia social, disciplina e coletividade não é apenas uma referência cultural, mas um modelo prático de convivência que pode ser adaptado à realidade brasileira, promovendo o respeito mútuo, a responsabilidade compartilhada e a redução de conflitos.

#SomosUmSóPovo #MoradiaDigna

**#UrbanizaçãoDemocrática #DinheiroFicaNaComunidade
#HarmoniaSocial**

PROPOSTA 74 – SUS CONTRA FRAUDE

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Sistema de inteligência para identificar fraudes em saúde complementar. **Principais Medidas:**

- Criação do Sistema Nacional de Proteção Social do Idoso e Combate à Fraude no SUS ("SUS Justo")
- Pagamento automático e integral de benefícios via contratos inteligentes (smart contracts)
- Blockchain pública para registro imutável de transações
- IA preditiva para identificar vulnerabilidade social e sanitária
- Fundo Soberano de Lastro Múltiplo (títulos públicos, participação em estatais, ativos verdes)
- Conselho Deliberativo Nacional com composição majoritária (51%) de beneficiários eleitos
- Atendimento prioritário integral (fila zero) para idosos
- Economia anual estimada com redução de fraudes: R\$ 50 bilhões

PROPOSTA 75 – PATENTES DE MEDICAMENTOS

Tipo: PL

Ementa: Flexibiliza patentes de medicamentos essenciais para produção pública. **Principais Medidas:**

- Regulamentação do licenciamento compulsório por interesse público • Hipóteses de interesse público: emergências sanitárias, necessidade de acesso a medicamentos essenciais pelo SUS, alto ônus para as finanças públicas, abuso de poder econômico
- Processo administrativo com prazo máximo de 90 dias
- Criação de Câmara Técnica Permanente para monitoramento de patentes

em saúde

- Reinvestimento dos recursos economizados em pesquisa e no SUS

PROPOSTA 76 – PLATAFORMA SUS DIGITAL 360

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Integra todos os serviços de saúde em plataforma digital

única. **Principais Medidas:**

- Prontuário Eletrônico Nacional (PEN) com interoperabilidade semântica e técnica (padrão FHIR)
- Controle do cidadão sobre seus dados: consulta integral, definição dinâmica de permissões
- Chave de emergência: acesso a resumo crítico em situações de risco iminente com paciente inconsciente
- Módulo de Vigilância em Saúde Pública com dados agregados e anonimizados • Criptografia ponta a ponta e autenticação de dois fatores (2FA)
- Blockchain para auditoria imutável de acessos
- Prazo de 36 meses para adequação dos entes federativos

PROPOSTA 77 – SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE

Tipo: PL

Ementa: Usa IA para diagnóstico precoce de doenças em unidades

básicas. **Principais Medidas:**

- Programa Brasil 2035: elevar investimentos em CT&I para 2% do PIB até 2030 • Sistema Integrado de Diagnóstico Precoce e Personalizado (SIDP) • Biossensores multiplexados com nanopartículas e peptídeos antimicrobianos • Dispositivo portátil de baixo custo (BioChip) para testes rápidos • Inteligência artificial preditiva para análise de dados clínicos e genéticos • Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (CNCTI)

PROPOSTA 78 – INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Reconhece e incorpora práticas tradicionais de saúde no

SUS. **Principais Medidas:**

- "O SUS integrará, em sua rede de atenção à saúde, as práticas ancestrais de tratamento com plantas medicinais, respeitados os saberes tradicionais" •
- Criação do Instituto Nacional de Bioeconomia Amazônica (INBA) •
- Consentimento prévio, livre e informado (CPLI) para comunidades tradicionais
- Registro Nacional de Saberes Bioculturais
- Repartição de benefícios: pagamento inicial não royalty (10 salários-mínimos por comunidade), royalties mínimos de 15% sobre receita líquida de produtos derivados
- Recursos mínimos anuais: 1,5% da receita corrente líquida da União

PROPOSTA 79 – PET AMIGO

Tipo: PL

Ementa: Hospital Público, programa de adoção animal com apoio veterinário gratuito. **Principais Medidas:**

- Rede de Atenção Animal Integrada: Hospitais Veterinários Públicos, Centros de Atenção Animal e Bem-Estar (CAAB), Unidades Móveis Veterinárias •
- Atendimento gratuito para famílias inscritas no CadÚnico
- Urgência e emergência veterinária: atendimento imediato a qualquer animal, independente de renda
- Microchipagem e registro obrigatórios
- Programa de adestramento e educação com métodos positivos

PROPOSTA 80 – FIM DO PLANO DE SAÚDE NOS TRÊS PODERES

Tipo: PL

Ementa: Unifica sistema de saúde para todos os poderes no SUS, extinguindo planos privados.

Principais Medidas:

- Transição progressiva de 5 anos do sistema de assistência à saúde dos servidores dos Poderes da União para o SUS
- Criação do Fundo de Fortalecimento do SUS (FF-SUS) com R\$ 15 bilhões anuais • Aplicação dos recursos: 40% em infraestrutura de média e alta complexidade, 30% em atenção primária, 20% em gestão, tecnologia e inovação, 10% em valorização de profissionais
- Servidores que optarem por manter planos privados poderão deduzir até 30% no Imposto de Renda

PROPOSTA 81 – POLÍTICA DE DANOS NO SUS

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na redução de danos e cuidado integral.

Principais Medidas:

- Subsistema de Atenção Integral e Redução de Danos (SAIRD)
- Política Nacional de Redução de Riscos e Danos (PNRRD)
- Criação da figura jurídica do "uso assistido"
- Centros de Atendimento Integrado (CAIs) vinculados aos CAPS • Equipes multiprofissionais de abordagem territorial
- Projetos-piloto de 24 meses avaliados independentemente por universidades

PARTE III – CLASSIFICAÇÃO COMPLETA DAS
PROPOSTAS *RESUMO ESTATÍSTICO GERAL*

Parte	Quantidade de Propostas
I – Reforma Administrativa e do Serviço Público	8
II – Reforma do Poder Judiciário	10
III – Reforma do Poder Legislativo	5
IV – Combate à Corrupção e Crimes Graves	10
V – Reforma Tributária, Econômica e Financeira	13
VI – Direitos Sociais, Trabalho e Previdência	13
VII – Saúde Pública e Políticas de Drogas	8
VIII – Meio Ambiente, Sustentabilidade e Recursos Naturais	5
IX – Tecnologia, Comunicação e Inovação	7
X – Controle de Armas e Segurança Pública	1
XI – Defesa e Soberania Nacional	2
TOTAL	81

CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE PROJETO

Tipo de Projeto	Quantidade
PEC (Proposta de Emenda à Constituição)	71
PLP (Projeto de Lei Complementar)	73
PL (Projeto de Lei Ordinária)	65
Total de proposições	209

PARTE IV – IMPACTO FISCAL E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ECONOMIA ESTIMADA POR ÁREA DE REFORMA

Área de Reforma	Economia Anual (R\$ bi)	Economia 5 Anos (R\$ bi)
Poder Judiciário	15-20	75-100
Previdência do Servidor	10-15	50-75
Benefícios e Auxílios	5-8	25-40
Teto Salarial e Isonomia	4-6	20-30
Poder Legislativo	3-4	15-20
Combate a Fraudes e Pensões	3-5	15-25
Cargos Comissionados	2-4	10-20
Regime Fiscal de Igrejas	2-3	10-15
TOTAL	44-65	220-325

DESTINAÇÃO PRIORITÁRIA DOS RECURSOS

(Com base no piso da economia anual - R\$ 44 bilhões):

Área	Investimento Anual
Saúde	R\$ 9 a 13 bilhões
Educação	R\$ 8 a 12 bilhões
Segurança	R\$ 6 a 9 bilhões
Assistência Social	R\$ 4 a 6 bilhões
Fortalecimento do Controle	R\$ 2 a 3 bilhões

PARTE V – MECANISMOS DE CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE SOBRE O PATRIMÔNIO PÚBLICO

(CNVPP) • Mapear integralmente privatizações, concessões e renúncias fiscais entre 1985 e 2025

- Identificar agentes públicos e privados responsáveis por atos lesivos
- Quantificar com precisão os danos ao erário em cada caso
- Propor ações de responsabilização civil e administrativa

AUDITORIA PERMANENTE E CONTROLE SOCIAL

- Auditoria contínua da CGU e do TCU
- Painel de transparência ativa com dados em tempo real
- Conselhos gestores com participação paritária da sociedade civil

Este documento consolida a íntegra das 81 propostas legislativas que compõem o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma Administrativa, do Judiciário e Reparação Histórica do Erário. **#SomosUmSóPovo**